

Estudo Técnico Preliminar 11/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 59000.006954/2020-21

2. Objeto

Trata-se o presente de Estudos Preliminares visando subsidiar a contratação de serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações públicas, envolvendo os serviços de assessoramento direto às autoridades do Órgão, atendimento às demandas, assessoria de imprensa, media training, auditoria de imagem, produção de conteúdo, fotografia, projetos gráficos e planejamento de eventos, por meio da contratação de empresa(s) especializada(s), de acordo com os produtos e especificações previstos, para atendimento às necessidades do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

Este estudo preliminar contém as informações necessárias para atendimento às recomendações da Instrução Normativa n. 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e Instrução Normativa n. 40/2020 da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

3. Normativos que disciplinam a contratação

A contratação objeto deste Estudo tem amparo legal nos seguintes dispositivos:

- Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Instrução Normativa SEGE/MPDG n. 05, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa n. 40/2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;
- Instrução Normativa SECOM/SG/PR n. 04, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de comunicação corporativa dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 05, de 27 de junho de 2014, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral;
- Lei n. 12.232, de 29 de abril de 2010, que dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências, no que for aplicável a este objeto, conforme Acórdão n. 6.227/2016-TCU-2ª Câmara;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4. Análise da contratação anterior

Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), por meio do Decreto nº 9.666, de 02 de janeiro de 2019, as pastas da Integração Nacional e das Cidades foram unidas.

Quanto ao Ministério das Cidades, o extinto órgão não possui histórico de contratação de Comunicação Corporativa.

A licitação anterior do Ministério da Integração Nacional constituiu-se por meio do processo n. 59000.001053/2011-51, na modalidade concorrência, do tipo técnica e preço. O planejamento da referida contratação foi instruído com Projeto Básico, Edital, pesquisa de preços, Parecer Jurídico e outros documentos pertinentes à fase de planejamento. A instrução culminou na Concorrência n. 1/2012, que tinha por objeto a contratação de empresa especializada - agência de comunicação e relações

públicas - para prestar serviços de consultoria, análise, planejamento estratégico, assessoria de comunicação e de relações públicas, conforme Projeto Básico (Anexo I do Edital).

A Contratação foi feita para execução hora/homem, e possuía a seguinte lista de produtos: Mailings/ Produção de mailing de jornalistas; coletivas de imprensa/teleconferências/road shows; elaboração de programa de prevenção de crises; media training; avaliação de percepção de imagem com jornalistas e públicos de relacionamento; clipping; serviços de fotografia; tradução; revisão de texto; diagnóstico de imagem nas redes sociais; digital training; monitoramento das redes sociais; manual de políticas e procedimentos; campanhas de conscientização, incentivo e motivação; e programas de conteúdo social, cultural ou esportivo.

Seleção de fornecedor

Constatou-se, após a análise dos autos da Concorrência n. 1/2012-MI, que o objeto possui ampla gama de fornecedores, tendo ocorrido a participação de 09 empresas.

Foram verificados os pedidos de esclarecimento apresentados à época, sendo identificado que as interposições, em linhas gerais, tratavam de dispositivos atinentes aos critérios de análise da qualificação técnica, especificações técnicas dos serviços e cálculo do valor da hora/homem. Os pedidos de esclarecimentos com suas respectivas respostas encontram-se disponíveis para consulta no site http://sisel.mdr.gov.br/consulta_edital.php.

Do mesmo modo, foram verificados os recursos interpostos em cada fase da licitação, sendo observado que tratavam de pedido de reanálise da decisão quanto a inabilitação de uma das empresas e pedido de reanálise do julgamento das propostas técnicas, sob o argumento de que a pontuação deveria ser majorada. Foram negados provimentos aos recursos apresentados, sendo mantidas as decisões da Comissão Especial de Licitação em todos os casos. Os recursos, contra-razões e decisões encontram-se disponíveis para consulta no site http://sisel.mdr.gov.br/consulta_edital.php.

Para o atual planejamento da contratação, foram levados em conta os pedidos de esclarecimento e os recursos interpostos à época, respaldados pela legislação em vigor, bem como o histórico de demandas no Órgão e os aspectos procedimentais refletidos na licitação, primando-se pela ampla concorrência e eficiência da contratação.

Gestão de Contrato

A Concorrência n. 01/2012 resultou no contrato n. 55/2012, com a empresa BR MAIS Comunicação LTDA, que foi consecutivamente prorrogado, até o limite previsto no art. 57, II e §4º, da Lei n. 8.666/1993. Ao analisar o processo n. 59000.001053/2011-51, relativo à contratação, não foram identificados registros sobre inconsistências ou dificuldades com relação à gestão contratual. O gestor do contrato, em 2015, apenas apontou: *"percepção de que o 'turn-over' de colaboradores pode estar acima do normal, embora não esteja trazendo prejuízo à qualidade e a entrega dos serviços contratados"*, conforme Despacho ASCOM (MI) (0017186). Todas as demais manifestações do Gestor informaram que houve regular desempenho no cumprimento do contrato e bons resultados, com adequado atendimento às necessidades do órgão. O contrato terminou em 16 de outubro de 2018, ao final dos 72 meses de contrato (60 meses contratuais + 12 meses de excepcionalidade contratual).

Outras tentativas de contratação

O Ministério da Integração Nacional (MI), em 2016, iniciou processo para contratação de comunicação corporativa, sob o número 59110.000226/2016-81. Foi lançada a Concorrência n. 01/2017-MI, entretanto, atendendo à determinação do Tribunal de Contas da União, contida no Acórdão n. 1.965/2017 - TCU - Plenário, em 11 de setembro de 2017, a referida licitação foi anulada.

Dessa forma, para viabilizar a realização de uma nova licitação, o MI iniciou novo processo licitatório, sob o número 59110.000101/2017-32, utilizando os modelos de Edital e Projeto Básico disponibilizados pela Secom, para dar andamento à contratação. Contudo, em função da publicação do Decreto n. 9.666, de 02 de janeiro de 2019, que trouxe definições e alterações nas estruturas e atividades a serem desenvolvidas pelo novo Ministério do Desenvolvimento Regional, e ainda em função da fusão das Pastas do Ministério da Integração Nacional e do Ministério das Cidades, verificou-se a necessidade de reavaliação da demanda e da compatibilidade do objeto a ser contratado para atendimento às necessidades da nova Pasta.

Informa-se, ainda, que o Ministério das Cidades, previamente à fusão, também encontrava-se em fase de instrução processual para contratação de serviços com o mesmo objeto. O processo n. 80020.000117/2017-41, do Ministério das Cidades, assim como o da Integração Nacional, foi instruído com a utilização dos modelos e dos normativos disponibilizados pela Secom para a instauração do procedimento licitatório.

Já na existência do Ministério do Desenvolvimento Regional, foram realizadas outras 2 tentativas de contratação.

Em março de 2019, portanto, iniciou-se novo processo de contratação, sob o número 59110.000002/2019-12. O processo abrangeu as necessidades das Pastas da Integração Nacional e das Cidades e mostra-se bastante adiantado, chegando a ser

instruído com Documento de Formalização de Demanda, Estudos Preliminares com a devida pesquisa de preços, análises de risco, Projeto Básico, Minuta de Edital e de Contrato.

Conforme se verifica no referido processo, a contratação pretendia licitar por meio da modalidade Concorrência, do tipo Melhor Técnica, em atendimento ao previsto na Instrução Normativa n. 04/2018, da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República e conforme justificativas apontadas em Estudo Preliminar.

Em novembro do mesmo ano, porém, foi divulgado o ACÓRDÃO Nº 2.693/2019 – TCU – Plenário (1618458). Como se extrai do documento, o Tribunal de Contas da União rejeitou as argumentações de defesa quanto às irregularidades indicadas no Acórdão 1.965/2017 – TCU – Plenário, que teve como objeto a contratação de Comunicação Corporativa, anteriormente pretendida pelo então Ministério da Integração Nacional.

Entre outros aspectos, a Corte de Contas se manifestou com relação a escolha da modalidade licitatória, a estrutura de comunicação integrada, a pesquisa de preços e aos instrumentos de planejamento da contratação utilizados à época.

Diante desse cenário, e visando evitar futuros questionamentos, a Assessoria de Comunicação Social, em resposta ao Despacho CGSL (MDR) (1619563) sugeriu o encerramento do referido processo e a abertura de nova instrução processual para a contratação de serviços de comunicação social, com o devido atendimento às recomendações do Tribunal de Contas da União, conforme coubesse.

Sendo assim, instaurou-se o processo 59000.029924/2019-59, buscando abranger as demandas de ambas as Pastas fundidas no Ministério do Desenvolvimento Regional, bem como o saneamento das questões apontadas pelo Tribunal de Contas da União nos Acórdãos 1.965/2017 – TCU – Plenário e 2.693/2019 – TCU – Plenário.

O referido processo também seguiu bastante adiantado, sendo instruído com Documento de Formalização de Demanda, Estudos Preliminares com a devida pesquisa de preços, análise de riscos, Projeto Básico, Minuta de Edital e de Contrato, e inclusive passando por análise da Conjur.

Todavia, com a troca da gestão ministerial, em fevereiro de 2020, as estratégias de comunicação da Pasta foram revistas, restando concluído que o ideal seria a contratação de serviços de comunicação pública e de comunicação digital de forma separada, já para atender a recente orientação do Governo Federal no sentido de priorizar a comunicação por meio das redes sociais.

Por tal razão o processo de contratação que estava em andamento foi encerrado, ensejando o presente estudo técnico preliminar, que deverá se ater aos regramentos atuais da legislação em vigor e da Secom, aos apontamentos recebidos do TCU relativos ao histórico do Ministério e a nova estratégia de comunicação social do Órgão.

Termos de Execução Descentralizada

A fim de evitar a descontinuidade dos serviços, em março de 2018, o Ministério da Integração Nacional encaminhou ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC proposta de Termo de Execução Descentralizada - TED, para a realização dos serviços de Comunicação Corporativa, como se verifica no processo n. 59110.000016/2018-55. Trata-se da utilização do contrato n. 05/2018, do MCTIC, oriundo da Concorrência n. 01/2017 do referido órgão.

Conforme exposto na tabela abaixo, o TED de número 03/2018, celebrado entre o Ministério da Integração Nacional (atual Ministério do Desenvolvimento Regional) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, vem sendo executado e renovado com adaptações a cada renovação, de modo que foram demandados itens de serviços/produtos diferentes em cada período. Foram previstos, ainda, gastos com deslocamentos para reembolso de diárias e passagens (item de serviços complementares).

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA	N. do Doc. no SEI	DATA DA ASSINATURA	VIGÊNCIA	PRODUTOS/SERVIÇOS	VALOR
				- Atendimento de demandas da contratante; - Avaliação de percepção de imagem; - Mapa de influenciadores; - Diagnóstico e Matriz Estratégica; - Plano	

TED 03/2018	<p>Plano de trabalho:</p> <p>0833216</p> <p>TED:</p> <p>0833221</p>	26/03/2018	Maio a setembro de 2018	<p>estratégico de ações de comunicação; - Atendimento de demandas de veículos de comunicação; - Contatos proativos com veículos de comunicação; - Planejamento e execução de media training; - Análise de jornais, revistas, blogs, redes sociais e portais de notícias; - Auditoria de imagem;</p> <p>- Clipping regional e nacional - Jornais, revistas e portais de notícias, tvs, rádios; - Elaboração de texto em língua portuguesa; - Edição de texto em língua portuguesa; - Fotografia; - Monitoramento de conteúdo em redes sociais, blogs e portais de notícias; - Reportagem em vídeo (vídeo release); - Vídeo depoimento; - Podcast; - Conteúdo e design para apresentação; - Banco de mídia; - Planejamento de ações institucionais para relacionamento com públicos influenciadores em ambientes digitais; - Conteúdo multimídia para relacionamento em ambientes digitais; - Ações de relacionamento com públicos influenciadores em ambientes digitais; - Infográfico estático e /ou impresso;</p> <p>- Infográfico dinâmico; e - Atendimento.</p>	<p>R\$ 5.874.712,30 (cinco milhões, oitocentos e setenta e quatro mil setecentos e doze reais e trinta centavos)</p>

<p>1º Termo Aditivo ao TED n. 03/2018</p>	<p>Plano de trabalho:</p> <p>0983945</p> <p>1º TA TED:</p> <p>0983947</p>	<p>31/08/2018</p>	<p>Outubro a dezembro de 2018</p>	<p>- Atendimento de demandas da contratante; - Atendimento de demandas de veículos de comunicação; - Contatos proativos com veículos de comunicação; - Análise de jornais, revistas, blogs, redes sociais e portais de notícias; - Auditoria de imagem; - Clipping regional e nacional - jornais e portais de notícias, tvs, rádios;</p> <p>- Elaboração de texto em língua portuguesa; - Edição de texto em língua portuguesa; - Fotografia; - Monitoramento de conteúdo em redes sociais, blogs e portais de notícias; - Reportagem em vídeo (Vídeo release); - Podcast; - Banco de mídia; - Conteúdo multimídia para relacionamento em ambientes digitais; - Ações de relacionamento com públicos influenciadores em ambientes digitais; - Atendimento.</p>	<p>R\$ 3.194.458,49 (três milhões, cento e noventa e quatro mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e quarenta e nove centavos)</p>
<p>2º Termo Aditivo ao TED n. 03/2018</p>	<p>Plano de trabalho:</p> <p>1100132</p> <p>2º TA TED:</p> <p>1100129</p>	<p>26/12/2018</p>	<p>Janeiro a fevereiro de 2019</p>	<p>- Atendimento de demandas da contratante</p> <p>- Atendimento de demandas de veículos de comunicação</p>	<p>R\$ 70.792,53 (setenta mil setecentos e noventa e dois reais e cinquenta e três centavos)</p>
				<p>- Atendimento de demandas da</p>	

3º Termo Aditivo ao TED n. 03/2018	Plano de trabalho: 1139921 TED: 1135343	19/02/2019	Fevereiro a agosto de 2019	contratante; - Atendimento de demandas de veículos de comunicação; - Monitoramento de conteúdo em redes sociais, blogs e portais de notícias; - Podcast; - Conteúdo Multimídia para relacionamento em ambientes digitais	R\$ 1.995.207,02 (um milhão, novecentos e noventa e cinco mil setenta e dois reais e dois centavos)
4º Termo Aditivo ao TED n. 03/2018	Plano de trabalho: 1470402 TED: 1470403	19/08/2019	Agosto de 2019 a fevereiro de 2020	- Atendimento de demandas da contratante; - Atendimento de demandas de veículos de comunicação; - Elaboração de texto em língua portuguesa; - Monitoramento de conteúdo em redes sociais, blogs e portais de notícias; - Reportagem em vídeo (vídeo release); - Vídeo depoimento (para distribuição à imprensa e públicos influenciadores nas mídias digitais); - Podcast; - Conteúdo Multimídia para relacionamento em ambientes digitais; - Infográfico dinâmico	R\$ 2.760.001,13 (dois milhões, setecentos e sessenta mil um reais e treze centavos)
5º Termo Aditivo ao TED n. 03/2018	Plano de Trabalho: 1750808 TED: 1750050	19/02/2020	Fevereiro a Agosto de 2020	- Atendimento de demandas da contratante; - Atendimento de demandas de veículos de comunicação; - Elaboração de texto em língua portuguesa; - Monitoramento de conteúdo em redes sociais, blogs e portais de notícias; - Reportagem em vídeo (vídeo release); - Vídeo depoimento (para	R\$ 2.671.636,98 (dois milhões, seiscentos e setenta e um mil, seiscentos e trinta e seis reais e noventa e oito centavos).

				distribuição à imprensa e públicos influenciadores nas mídias digitais); - Podcast; - Conteúdo Multimídia para relacionamento em ambientes digitais; - Infográfico dinâmico	
6º Termo Aditivo ao TED n. 03/2018	Plano de Trabalho: 1750808 TED: 1876096	21/05/2020	Fevereiro a Agosto de 2020 - Reajuste de valor	- Atendimento de demandas da contratante; - Atendimento de demandas de veículos de comunicação; - Elaboração de texto em língua portuguesa; - Monitoramento de conteúdo em redes sociais, blogs e portais de notícias; - Reportagem em vídeo (vídeo release); - Vídeo depoimento (para distribuição à imprensa e públicos influenciadores nas mídias digitais); - Podcast; - Conteúdo Multimídia para relacionamento em ambientes digitais; - Infográfico dinâmico	R\$ 3.161.715,29 (Três milhões, cento e sessenta e um mil, setecentos e quinze reais e vinte e nove centavos) (valor do 5º TA ajustado)
7º Termo Aditivo ao TED n. 03/2018	Plano de Trabalho: 1911338 TED: 1913881	25/06/2020	Fevereiro a Agosto de 2020 - Inclusão de quantitativos e de serviços	- Atendimento de demandas da contratante; - Atendimento de demandas de veículos de comunicação; - Elaboração de texto em língua portuguesa; - Fotografia; - Monitoramento de conteúdo em redes sociais, blogs e portais de notícias; - Reportagem em vídeo (vídeo release); - Vídeo depoimento (para distribuição à imprensa e públicos influenciadores nas	R\$ 3.619.531,14 (três milhões, seiscentos e dezenove mil, quinhentos e trinta e um reais e quatorze centavos)

				mídias digitais); - Podcast; - Conteúdo Multimídia para relacionamento em ambientes digitais; - Infográfico dinâmico	
--	--	--	--	--	--

O Ministério das Cidades também utilizou o contrato do MCTIC por meio de Termo de Execução Descentralizada, em 2018, com previsão de execução inicial por 2 meses, de março a maio de 2018, sendo renovado por mais 6 meses ou até o encerramento do processo licitatório.

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA	N. do Doc. no SEI	DATA DA ASSINATURA	VIGÊNCIA	PRODUTOS/ SERVIÇOS	VALOR
TED 01/2018	1214041	29/03/2018	Março a maio de 2018	- Atendimento de demandas da contratante; - Avaliação de percepção de imagem; - Mapa de influenciadores; - Diagnóstico e Matriz Estratégica; Plano estratégico de ações de comunicação; - Planejamento e execução de media training; - Treinamento para apresentações; - Análise de jornais, revistas, blogs, redes sociais e portais de notícias; - Fotografia; - Monitoramento de conteúdo em redes sociais, blogs e portais de notícias; - Reportagem em vídeo (Vídeo release); - Vídeo depoimento (para distribuição à imprensa e públicos influenciadores nas mídias digitais); - Podcast (para distribuição à imprensa e públicos influenciadores nas mídias sociais); - Banco de mídia; - Planejamento de ações institucionais para relacionamento com públicos influenciadores em ambientes digitais; - Conteúdo multimídia para relacionamento em ambientes digitais; - Ações de relacionamento com públicos influenciadores em ambientes digitais; - Diagramação de apresentações eletrônicas; - Infográfico estático e/ou impresso; - Infográfico dinâmico; - Atendimento.	R\$ 1.516.724,97 (um milhão, quinhentos e dezesseis mil setecentos e vinte e quatro reais e noventa e sete centavos)

TED 02/2018	1324405	29/06/2018	Maio a outubro de 2018	- Atendimento de demandas da contratante; - Fotografia; - Monitoramento de conteúdo em redes sociais, blogs e portais de notícias; - Podcast (para distribuição à imprensa e públicos influenciadores nas mídias sociais); - Banco de mídia; - Conteúdo multimídia para relacionamento em ambientes digitais; - Ações de relacionamento com públicos influenciadores em ambientes digitais; - Infográfico estático e /ou impresso; - Infográfico dinâmico; - Atendimento.	R\$ 1.500.000,00 (um milhão quinhentos mil reais)
--------------------	---------	------------	------------------------	---	---

Ressalta-se que a composição do objeto feita pelo MCTIC, utilizando o modelo sugerido pela SECOM, tem atendido às demandas das extintas Pastas da Integração Nacional e das Cidades e, atualmente, do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR.

Em relação ao TED 03/2018 celebrado entre o MCTIC e o MI (atualmente MDR), nota-se que não houve linearidade em relação aos produtos consumidos, ao longo de sua execução, considerando todas as prorrogações.

A aglutinação dos extintos Ministérios - da Integração Nacional e das Cidades, causou uma concentração de pastas complexas, cujo planejamento e ações afetam diretamente a vida de milhões de brasileiros, como obras de grande complexidade em prol da segurança hídrica; obras que visam a prevenção a desastres e maior resiliência das urbis brasileiras; ações de resposta e recuperação em casos de desastres naturais; melhorias de mobilidade urbana; acesso a saneamento básico e moradia, dentre outras missões institucionais. Por isso, o órgão é alvo de demandas jornalísticas constantes. O enorme volume de informações e questionamentos recebidos diariamente, com graus diferenciados de complexidade (demandas por detalhes técnicos específicos para o foco da matéria que a mídia pretende produzir), por parte da imprensa, recebe prioridade na Assessoria de Comunicação do MDR, devido ao grande prejuízo institucional que o não atendimento dessas demandas pode causar. Quando, por exemplo, a Assessoria de Comunicação deixa de responder, no prazo solicitado por um veículo de comunicação, corre-se o risco de que o veículo informe que o Ministério não se pronunciou a respeito da pauta, gerando um descrédito para a imagem do Ministério e, por conseguinte, do Governo Federal do Brasil.

Por consequência, nota-se a falta de agilidade no atendimento de algumas demandas, em especial dos demandantes internos, ainda que quase a totalidade delas seja atendida em prazo aceitável. Além disso, resta prejudicado o planejamento dos serviços e põe-se à prova, diariamente, a eficiência e a qualidade frente à complexidade e curto prazo para o atendimento. Portanto, conclui-se que, para o atendimento seguro, pleno e satisfatório das demandas de comunicação de forma que haja um planejamento coeso para a implementação de ações pró-ativas, faz-se necessária a ampliação do rol de produtos e serviços a consumir.

O Edital do MCTIC utilizou o modelo de contratação proposto pela Secom, sendo que as pequenas mudanças com relação ao atual modelo de edital da Secom se dão em virtude das atualizações para aprimoramento da minuta disponibilizada pela Secretaria Especial da Presidência.

Acórdão 1.965/2017 - TCU - Plenário e Acórdão 2693/2019 - TCU - Plenário

Conforme já mencionado, o processo n. 59110.000226/2016-81, do Ministério da Integração Nacional, foi objeto de análise pelo Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU. Vejamos abaixo os principais pontos do Acórdão 1.965/2017-TCU:

- 9.4. dar ciência ao Ministério da Integração, para fins de aperfeiçoamento de seus procedimentos administrativos, que, no exame da Concorrência 001/2017 - Processo 59110.000226.2016-81, foram constatadas as seguintes irregularidades que não ensejaram a proposição de audiências:
 - 9.4.1. não restou demonstrada a inviabilidade de parcelamento do objeto licitado, restando caracterizado o descumprimento do disposto no art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993 e Súmula TCU 247;
 - 9.4.2. está superestimado o valor de bloqueio da disponibilidade orçamentária do montante estimado para a contratação, em razão de o resultado do recálculo da estimativa de preços não haver sido informado à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças para fins de retificação e ajuste da dotação orçamentária;
 - 9.4.3. houve insuficiente clareza na fixação do critério de aceitabilidade de preços unitários e global para o objeto da licitação, contrariando o disposto no art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993;

- 9.4.4. a teor do disposto no art. 11 da IN 02/2008, a simples entrega de um relatório mensal de atividades realizadas não se constitui unidade de medida adequada para mensuração de resultados e pagamentos de serviços, conforme verificado nos itens “1.1.1.1 Gerenciamento” e “1.1.1.2 Coordenação de demandas” (apêndice I do edital) do objeto da contratação pretendida;
- 9.4.5. os itens “1.1.1.1 Gerenciamento” e “1.1.1.2 Coordenação de demandas” configuram, de fato, a adoção do critério de remuneração da contratada por postos de trabalho, uma vez que indicam a qualificação dos profissionais e a quantidade de postos necessária para a prestação dos serviços, sendo que a unidade de medida adotada (entrega de relatório mensal) não permite a efetiva mensuração de resultados;
- 9.4.6. ainda em relação aos itens “1.1.1.1 Gerenciamento” e “1.1.1.2 Coordenação de demandas” não restou evidenciado que o dimensionamento das equipes fixas tenha respaldo em estudos técnicos preliminares e, tampouco, que o descritivo de atividades seja suficiente para justificar a contratação desses serviços como sendo de natureza continuada;
- 9.5. indeferir o pedido de ingresso nestes autos, na condição de interessada, formulado pela Associação Brasileira das Agências de Comunicação (ABRACOM), por falta de amparo regimental; e
- 9.6. dar ciência desta deliberação, mediante o envio de cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à representante e ao Ministério da Integração.

Com a elaboração do presente Estudo Preliminar, almeja-se evitar as irregularidades/inconsistências verificadas no processo anterior. Seguem listadas abaixo algumas medidas tomadas para sanar as questões suscitadas:

I - Da utilização da modalidade Concorrência em lugar de Pregão:

Quanto à modalidade da licitação, informa-se que a escolha foi justificada neste Estudo Preliminar, conforme itens LEVANTAMENTO DE MERCADO e DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO. Apesar da recomendação do TCU, a equipe de planejamento optou pela modalidade concorrência, tipo Técnica e Preço. Isso porque entendeu que é altamente relevante a necessidade da escolha da técnica comunicacional mais adequada ao Órgão, aliada ao melhor preço apresentado, conforme tópico LEVANTAMENTO DE MERCADO.

II - Do não parcelamento do objeto:

Ante o apontamento do TCU de que não restou demonstrada a inviabilidade de parcelamento do objeto licitado, a equipe de planejamento buscou apontar a necessidade de contratar serviços integrados. Todavia, parcelou os serviços de comunicação em duas contratações: corporativa e digital. Quanto ao não parcelamento do objeto, informa-se que as justificativas encontram-se neste Estudo Preliminar, conforme itens LEVANTAMENTO DE MERCADO, DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO e JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO.

III - Da frustração à competitividade mediante exigências indevidas e da subjetividade no exame da capacitação pela equipe técnica:

Da análise do Acórdão, temos que:

131. Conclui-se, no ponto, pela procedência da Representação quanto a não haver sido devidamente justificada a inserção de exigências concernentes à atribuição de pontuação da proposta técnica, com caráter eliminatório, de “capacidade de atendimento”, pois pontuam o porte, os diferenciais, a capacitação da equipe técnica e a estrutura física existente das licitantes sem sequer estabelecer critérios objetivos para julgamento.

Informa-se que, quando da elaboração dos documentos que irão compor o instrumento convocatório - Edital, Projeto Básico, Minuta Contratual -, serão estabelecidos critérios objetivos que garantam a isonomia no certame licitatório, bem como serão observados os princípios básicos elencados no art. 3º da Lei 8.666/1993.

A necessidade de avaliação da capacidade de atendimento das licitantes fundamenta-se, ainda, no inciso II do art. 30, da Lei n. 8.666/1993:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

Conforme a sistemática adotada pela Lei de Licitações, a Administração deverá analisar a qualidade técnica dos licitantes, com a finalidade de aferir se os mesmos dispõem de conhecimento, experiência, estrutura, aparelhamento técnico e humano suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado.

IV - Da análise de mídia:

Do Acórdão podemos inferir:

“151. Conclui-se, no ponto, pela procedência parcial da Representação quanto a não haver sido devidamente justificada a inserção de exigência que demandava a elaboração ou aquisição pelos licitantes de clipping de notícias, necessário para a produção da “análise de mídia” exigida e que deveria integrar a proposta técnica, pois o Ministério da Integração já disporia desse clipping e não se vislumbrou, sob o critério da razoabilidade, a existência de óbices para que o clipping de notícias, do período de 10/1/2017 a 15/3/2017, houvesse sido colocado à disposição dos potenciais licitantes para fins de elaboração de suas propostas técnicas, caracterizando-se, portanto, a injustificada inclusão de quesito de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes teriam de incorrer em custos desnecessários anteriormente à celebração do contrato, contrariando vedação contida na Súmula 272 do TCU, além de propiciar potencial direcionamento do resultado da licitação, contrariando o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I e no art. 44, § 1º, da mesma Lei 8.666/1993.”

Não haverá mais a exigência do quesito "Análise de Mídia" para julgamento das propostas técnicas. Sendo assim, os licitantes não têm de incorrer em custos desnecessários previamente à celebração do contrato e não há direcionamento do resultado da licitação.

V - Da estimativa de preços:

Com relação às estimativas de valores, a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) indicou, no Acórdão 1.965, item 257, a necessidade de melhor instrução processual em relação aos seguintes pontos:

a) a previsão da contratação de “serviços ou produtos não precificados”, não sendo estes descritos de forma explícita e tampouco quantificados, que foi mantida na versão publicada do Edital da Concorrência 001/2017, configura grave violação ao disposto no art. 7º, § 4º, no art. 6º, inciso IX, e no art. 60, parágrafo único, da Lei 8.666/1993, o que enseja a anulação do certame;

Com relação à contratação de produtos e serviços "não precificados", observa-se grande similaridade entre aqueles produtos e os atuais denominados "serviços complementares". Trata-se de produtos e serviços passíveis de subcontratação, não essenciais, imprevisíveis, mas que podem ser necessários à execução contratual, por estarem ligados diretamente à solução de comunicação proposta, conforme define a Secretaria de Comunicação Social (SECOM), em sua IN 4/2018.

Ao analisar o Edital de Concorrência n. 01/2017 do MCTIC, utilizado por meio de TED pelo MDR, observa-se que itens relacionados a deslocamento (hospedagem e passagens aéreas), constavam da tabela de itens "não precificados", conforme se verifica no Apêndice IV do Anexo I do Edital. No atual modelo de edital disponibilizado pela Secom, os itens relacionados a deslocamento não mais constam do catálogo de itens complementares. Apenas limitou-se o gasto com deslocamento a um percentual do valor contratual (de até 15% do valor estimado do contrato, conforme sugestão do modelo da Secom). No atual modelo, define-se como itens complementares aqueles que auxiliarão no adequado cumprimento da solução de comunicação, como, por exemplo, espaço para evento, mobiliário, material de expediente, aparelhos de sonorização e iluminação, entre outros.

Mesmo que justificável a previsão de contratação de itens complementares, conforme Nota Técnica n. 39/2017/DENOR/SGC/SECOM/SG-PR, cujo assunto tratou da "Instrução Normativa para disciplinar as licitações e os contratos de serviços de comunicação corporativa", optou-se pela não inclusão da previsão de utilização de produtos e serviços complementares na contratação ora proposta. Essa decisão encontra-se alicerçada tanto no histórico dos últimos anos de prestação de serviços de comunicação, em que não houve contratação dos itens complementares elencados no modelo de Edital (apêndice II do Projeto Básico) da Secom, como também em respeito às recomendações do Tribunal de Contas da União ao Ministério da Integração Nacional, quando o Tribunal teceu críticas contundentes ao Projeto Básico com relação à previsão de itens não precificados.

b) a estimativa de preços foi realizada com base, apenas, em cotações obtidas junto a potenciais fornecedores, envolvendo a solicitação de propostas a empresas com objeto social estranho ao objeto a ser licitado e desconsiderando os valores praticados no contrato ainda em execução, contrariando farta jurisprudência do TCU indicando que a realização de pesquisa de preços para elaboração de orçamento básico de licitação com respaldo apenas em consulta a empresas privadas não atende o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/1993, devendo, ainda, serem adotadas outras fontes como parâmetro, como contratações similares realizadas por outros órgãos ou entidades públicas, mídias e sítios eletrônicos especializados e portais oficiais de referenciamento de custos

(dentre outros, Acórdãos 3.010/2016 – TCU – Plenário – Ministro Relator Weder de Oliveira, 2.816/2014 – TCU – Plenário – Ministro Relator José Múcio Monteiro e 853/2014 – 1ª Câmara – Ministro Relator Augusto Sherman);

Quanto à pesquisa de preços, informa-se que os procedimentos dispostos na Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 05/2014 foram observados e a metodologia utilizada para obtenção dos preços que compuseram o valor estimado da contratação está detalhada neste Estudo Preliminar, conforme item ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

c) está superestimado o valor de bloqueio da disponibilidade orçamentária do montante estimado para a contratação na Concorrência 001/2017, em razão de o resultado do recálculo da estimativa de preços não haver sido informado à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, para fins de retificação e ajuste da dotação orçamentária;

Será realizada nova solicitação de bloqueio da disponibilidade orçamentária, conforme valor estimado da contratação.

d) houve insuficiente clareza na fixação do critério de aceitabilidade de preços unitários e global para o objeto da licitação, contrariando o disposto no art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993;

Serão implementadas alterações no Edital, com novas explanações, baseadas nos modelos disponibilizados pela Secom.

e) ao teor do disposto no art. 11 da IN 02/2008, a simples entrega de um relatório mensal de atividades realizadas não se constitui unidade de medida adequada para mensuração de resultados e pagamentos de serviços, conforme verificado nos itens “1.1.1.1 Gerenciamento” e “1.1.1.2 Coordenação de demandas” (apêndice I do edital) do objeto da contratação pretendida;

f) os itens “1.1.1.1 Gerenciamento” e “1.1.1.2 Coordenação de demandas” configuram, de fato, a adoção do critério de remuneração da contratada por postos de trabalho, uma vez que indicam a qualificação dos profissionais e a quantidade de postos necessária para a prestação dos serviços, sendo que a unidade de medida adotada (entrega de relatório mensal) não permite a efetiva mensuração de resultados;

g) ainda em relação aos itens “1.1.1.1 Gerenciamento” e “1.1.1.2 Coordenação de demandas” não restou evidenciado que o dimensionamento das equipes fixas tenha respaldo em estudos técnicos preliminares e, tampouco, que o descritivo de atividades seja suficiente para justificar a contratação desses serviços como sendo de natureza continuada;

Serão contratados os serviços de "Assessoramento as Autoridades do Órgão" e "Atendimento de Demandas", que são muito próximos aos serviços apontados. Todavia, tais serviços serão demandados mensalmente, em razão de serem serviços contínuos, que deverão ser realizados 24 horas por dia, 7 dias por semana. Além disso, apurou-se que há vantajosidade na contratação mensal dos serviços, pois havendo variabilidade da necessidade de profissionais, a empresa contratada deverá reforçar o quadro ou utilizar apenas os colaboradores necessários à satisfação do produto final. O perfil mencionado para o profissional não atrela a quantidade de profissionais ao preço que será pago, apenas fixa o parâmetro mínimo de qualificação dos profissionais que prestarão os serviços, o que afasta por completo a remuneração por postos de trabalho. Além disso, não haverá no contrato nenhuma previsão de exclusividade de profissionais, sendo possível que o profissional que preste serviço em um determinado dia para o MDR faça outro serviço para a empresa no dia seguinte em outro estabelecimento.

Recentemente, em novembro de 2019, a Corte de Contas divulgou novo ACÓRDÃO n. 2.693/2019 – TCU – Plenário (1618458). Como se extrai do documento, o Tribunal de Contas da União rejeitou as argumentações de defesa quanto às irregularidades indicadas no Acórdão n. 1.965/2017 – TCU – Plenário, que teve como objeto a contratação de Comunicação Corporativa, anteriormente pretendida pelo então Ministério da Integração Nacional.

Entre outros aspectos, o Tribunal de Contas da União retomou as manifestações relacionadas a escolha da modalidade licitatória, a estrutura de comunicação integrada, a estimativa de quantidade e de preços e aos instrumentos de planejamento da contratação utilizados à época:

7. As defesas apresentadas pelos gestores, detalhadas no relatório precedente, são similares e informam que a elaboração dos documentos tomou por base editais produzidos por outros três órgãos para contratação de serviços da mesma natureza, bem como considerou dados fornecidos pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) e pela Associação Brasileira das Agências de Comunicação (Abracom).

8. Informam, ainda, que pelo fato de os serviços contratados serem de natureza predominantemente intelectual, foi escolhida a modalidade concorrência, do tipo “melhor técnica”, a exemplo de outros órgãos. A ausência de parcelamento teria fundamento no conceito de “Comunicação Integrada”, o que inviabilizaria a divisão do objeto em eventuais parcelas.

9. Entendo não ser possível acolher as razões de justificativas apresentadas pelos responsáveis. Apesar da inexistência de débito, em face de atuação tempestiva deste Tribunal ao determinar a adoção de medidas corretivas ao ministério responsável, as irregularidades registradas são graves, seja em função do número de ocorrências, seja em função da materialidade dos recursos envolvidos. A dimensão da contratação em análise exigiria maior cuidado na definição das diretrizes fixadas no instrumento convocatório, em especial pelo fato de a contratação anterior para o atendimento da demanda apresentar valores significativamente menores do que aqueles incorporados à Concorrência 001/2017, sem que houvesse registro de apontamentos negativos em relação ao contrato até então vigente.

10. A inserção no processo administrativo SEI 59110.000226/2016-81 do “Estudo Técnico Preliminar da Contratação” (peça 14, p. 101-105) e do “Plano de Trabalho” (peça 14, p. 106-110), elaborados de modo superficial sem o atendimento às demandas legais caracterizam o descumprimento, na fase de planejamento da licitação, do disposto no art. 6º, inciso IX, e art. 46, § 3º, da Lei 8.666/1993, art. 2º do Decreto 2.271/1997; art. 6º, § 3º, e artigos 25, 26 e 27 da IN 02/2008, além da não observância das recomendações contidas nos itens 9.1.21 a 9.1.24.4 do Acórdão 2.212/2016 – TCU – Plenário, que tratou de auditoria realizada no Ministério da Integração Nacional com objetivo de avaliar as práticas de governança e de gestão de aquisições na Administração Pública Federal.

11. A inconsistência desses estudos acabou por ensejar conclusões contraditórias no curso do processo e potencialmente lesivas ao erário, com valores de orçamento base elevados, não coincidentes e superiores aos pagos em contratações anteriores, ilustrado pela unidade técnica:

(...)

12. Ainda, a deficiência dos estudos ensejou o somatório de serviços de natureza bastante distinta em uma mesma licitação, a exemplo de “Comunicação Pública”, “Relações com a Imprensa” e “Relações Públicas”, sob a titulação genérica de “Comunicação Corporativa”, reduzindo competição no mercado em face do menor número de empresas que prestam todos eles de modo conjunto. A adequada conceituação e diferenciação de cada um desses serviços foi aclarada por meio da Instrução Normativa SECOM-PR nº 5/2011, com as seguintes identificações de áreas específicas:

I - Comunicação Digital;

II - Comunicação Pública;

III - Promoção;

IV - Patrocínio;

V - Publicidade, que se classifica em:

a) publicidade de utilidade pública;

b) publicidade institucional;

c) publicidade mercadológica; e

d) publicidade legal.

VI - Relações com a Imprensa;

VII - Relações Públicas.

13. Desse modo, a aglutinação de grande parte dos serviços em apenas uma licitação, sem que houvesse justificativas suficientes para embasar a escolha de mudança do modelo, em valores significativamente superiores, deve ser reprovada diante da inobservância do parcelamento adequado previsto no art. 23, § 1º, da Lei 8.666/93.

14. Também a escolha da modalidade concorrência do tipo “melhor técnica” neste caso mostrou-se inapropriada. Com efeito, este Tribunal já havia deliberado, em caso similar, por meio do Acórdão acórdão1.074/2017-TCU-Plenário a respeito da inviabilidade dessa escolha. Acrescento registro materializado no parecer do MPTCU apresentado no relatório precedente:

(...)

15. Vale salientar, no caso em análise, que não é apropriado buscar no art. 5º da Lei 12.232/2010 a justificativa para a escolha do tipo “melhor técnica”, uma vez que a mencionada lei tem por foco a disposição de normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda. Os serviços relacionados no apêndice VI do edital possuem contornos que os afastam da categorização de natureza intelectual ou de publicidade, a exemplo de assessoria de imprensa (peça 31, p. 19-20 e 22), clipping (peça 31, p. 20 e 23), media training (peça 31, p. 22), eventos (peça 31, p. 26), serviços como fotografia (peça 31, p. 20 e 23) e elaboração e tradução de textos (peça 31, p. 23).

16. O contexto da definição desse tipo de licitação é agravado pela inclusão de exigências no edital do certame sem critérios objetivos de julgamento, a exemplo de atribuição de pontuação com caráter eliminatório ao “porte”, “diferenciais”, “capacitação da equipe técnica” e “estrutura física existente”, em afronta ao art. 46, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993. Some-se a essa irregularidade a previsão de contratação de serviços ou produtos não precificados ou quantificados ou a inclusão de quesito de pontuação técnica “análise de mídia” que levariam os licitantes a arcar com custos desnecessários durante o processo licitatório.

17. Cabe, entretanto, neste caso, considerar a atenuante de que os erros reportados também decorreram da opção dos gestores em utilizar editais de outros órgãos para o alinhamento das regras da Concorrência 001/2017, fato que, apesar de não os eximir das diversas irregularidades constatadas, foi considerado na dosimetria da multa sugerida na proposta de acórdão, com a redução do valor a ser aplicado aos responsáveis. Como salientado neste voto, existe um conjunto robusto de irregularidades que ultrapassam a mera questão afeta à utilização de padronização de edital, a exemplo de estimativa de valores elevados do orçamento de referência, sem a motivação adequada, e de estudos insuficientes constantes do projeto básico e do estudo técnico preliminar da contratação.

(...)

Em relação à tentativa de contratação realizada por meio do processo n. 59110.000002/2019-12, verifica-se que o objeto abrangia uma solução ampla, com produtos relacionados às mais diversas áreas de comunicação. Já no processo nº 59000.029924/2019-59, a contratação previa uma quantidade menor de serviços, mais relacionadas aos serviços comuns de comunicação, razão pela qual optou-se pelo pregão.

As tentativas anteriores de contratação foram encerradas, não obstante, perdurando a necessidade do serviço, os presentes autos foram abertos com o fito de levar adiante a contratação de comunicação corporativa, bem como adequar o feito à Instrução Normativa n. 5, de 26 de maio de 2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - IN SEGE/MPDG. Dessa forma, a presente contratação tem como pressuposto a superação dos apontamentos relativos à natureza do objeto contratual, bem como a adequação aos novos normativos que regem as contratações públicas e a estratégia atual de comunicação do Órgão.

5. CLASSIFICAÇÃO TERMOS DA LEI N. 12.527/11

As informações relativas à contratação ora pretendida não exigem classificação como ultrassecreta, secreta ou reservada, nos termos da Lei n. 12.527/2011.

6. Descrição da necessidade

Em função da publicação do Decreto n. 9.666, de 02 de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.290, de 22 de março de 2020, que tratam da fusão das Pastas do Ministério da Integração Nacional com o Ministério das Cidades, o novo Mapa Estratégico do Ministério do Desenvolvimento Regional enfrenta e enfrentará um desafio de integrar, numa única Pasta, as diversas políticas públicas de infraestrutura urbana (saneamento básico, habitação, mobilidade, segurança hídrica, prevenção e resiliência relacionadas a desastres naturais) e de promoção do desenvolvimento produtivo regional e urbano. Deverá reunir iniciativas para otimizar a administração de programas, recursos e financiamentos. É um dos maiores interlocutores do Governo Federal com os 5.570 municípios brasileiros, atuando conforme as grandes estratégias de Desenvolvimento Regional e Urbano (Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDR e PNDU).

Dentre as atribuições previstas para as pastas do órgão, destacam-se:

- Desenvolver a capacidade produtiva de regiões menos favorecidas, induzindo a estruturação e a adoção de novas tecnologias pelas cadeias produtivas;

- Planejar, coordenar e executar ações em prol da segurança hídrica do país;
- Ampliar o acesso à moradia digna para famílias de baixa renda;
- Melhorar a gestão dos recursos hídricos e dos serviços de saneamento;
- Fortalecer a gestão de riscos e de desastres;
- Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos precários;
- Integrar as políticas públicas para o desenvolvimento de cidades e regiões;
- Fomentar o ordenamento territorial urbano;
- Aperfeiçoar a comunicação interna e externa;
- Aprimorar a governança corporativa;
- Fomentar parcerias com o setor privado;
- Promover a valorização dos servidores;
- Aprimorar a governança de TIC;
- Realizar a gestão orçamentária com foco estratégico.

O Ministério do Desenvolvimento Regional, para cumprir na integralidade a sua obrigação constitucional de prestar contas à sociedade, identificou a necessidade de contratação de serviços de comunicação social através de empresa(s) especializada(s). Reitera-se que, para a efetiva e eficaz comunicação com os meios de imprensa em geral, faz-se necessária a contratação de empresa capacitada para a disseminação de informação de forma ágil, técnica e inteligível, atendendo tanto aos anseios da imprensa, quanto aos dos demandantes internos, trabalho este coordenado pela Assessoria de Comunicação Social - Ascom.

Destaca-se que as demandas dos meios de comunicação se fazem de forma democrática, autêntica, natural e intempestiva, motivadas por diversas razões e, por muitas vezes, são imediatas e complexas, procedentes de assuntos distintos, reforçando a necessidade de desenvolver e organizar argumentos de forma congruente e com linguagens adequadas às respostas deste Ministério e, por consequência, para o Governo Federal. Sendo assim, importante ressaltar que trata-se de uma área muito sensível e dinâmica que necessita de assessoramento profissional constante dada a natureza intelectual do objeto.

São objetivos gerais da comunicação social do Ministério do Desenvolvimento Regional:

- planejar, coordenar, executar e supervisionar as atividades de comunicação social do Ministério, em consonância com as orientações da Secretaria Especial da Comunicação da Presidência da República;
- assistir ao Ministro de Estado e demais autoridades do Ministério nos assuntos de comunicação social;
- atender solicitações dos órgãos de imprensa nacional e regional;
- monitorar e avaliar noticiários dos meios de comunicação social;
- monitorar e avaliar os perfis oficiais do MDR nas redes sociais;
- acompanhar, orientar e noticiar a participação de autoridades, servidores do Ministério e suas entidades vinculadas em eventos de interesse da Pasta;
- manter atualizado registro noticioso e fotográfico das atividades de interesse público desempenhadas pelo Ministério em seu portal e redes sociais, bem como em meios de divulgação voltados a seu público interno, observados aspectos de qualidade, coerência e adequação das informações;
- manter relacionamento com veículos de comunicação e formadores de opinião para a divulgação das ações desenvolvidas pelo Ministério;
- contornar cenários de crises institucionais;
- reforçar a comunicação dos projetos e programas desenvolvidos de forma congruente.

Para o atendimento aos objetivos, é essencial implantar uma estrutura organizada de atendimento e interação com os diversos veículos de comunicação, com a finalidade de sistematizar e padronizar as atividades no que se refere ao relacionamento com os veículos de imprensa e demais solicitantes. Essa necessidade surge em função da rápida ampliação do acesso à informação pela população, especialmente com a popularização do acesso à internet e da atuação dos muitos veículos de comunicação que difundem notícias no meio online, e ainda pelo crescimento global da audiência e circulação de todos os tipos de mídias. Esse aumento gera grande volume de demandas sobre a reduzida equipe de comunicação que atualmente cuida do relacionamento do Ministério com a mídia.

O Ministério do Desenvolvimento Regional não pode prescindir de um assessoramento nas áreas específicas de comunicação institucional para, em articulação com os outros serviços congêneres, promover a relação com os mais diferentes públicos no tocante à missão institucional do órgão. Trata-se de uma área muito sensível e dinâmica.

A contratação de empresa especializada, que detenha experiência e domine técnicas modernas e eficazes de comunicação e relacionamento, certamente ampliará a capacidade e eficiência das ações da Assessoria de Comunicação deste Ministério, cujos resultados trarão benefícios para a Administração Pública.

A empresa contratada também subsidiará a área de comunicação acompanhando a presença do Ministério do Desenvolvimento Regional e seus porta-vozes na mídia e redes sociais, identificando e antecipando os eventos com potencial de se transformar em notícia, o que permitirá um melhor posicionamento da própria instituição, contribuindo, assim, para fortalecer a imagem institucional e dos programas e ações, inclusive em momentos de crise.

Os serviços constantes deste documento serão realizados e executados sob a supervisão, coordenação e orientação da Assessoria de Comunicação Social deste Ministério.

Seguem os itens que irão compor o objeto, que serão melhor detalhados no item DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

- Assessoramento direto de comunicação e imprensa às autoridades do órgão (ministro de forma contínua, secretário executivo e/ou outras autoridades em situações de representação do Órgão junto à imprensa), produção de artigos, notas, respostas institucionais à imprensa e gerenciamento de crises;
- Receber, coordenar, articular, encaminhar e acompanhar as demandas de comunicação das unidades do órgão;
- Atendimento, articulação, produção e envio de resposta a demandas de veículos de comunicação;
- Contatos Proativos com Veículos de Comunicação para prospecção de pautas com elaboração e envio de releases, notas e outros conteúdos para imprensa (jornais, revistas, TV, rádios e sites);
- Elaboração, organização e convocação de entrevista coletiva;
- Entrevista Coletiva em Ambiente Digital;
- Planejamento e acompanhamento de *Presstrip / Tour*;
- Planejamento e Execução de *Media Training*;
- Auditoria de Imagem;
- Elaboração, edição de texto e captação de sonora com gravação para rádio, com distribuição por meio digital;
- Elaboração, Edição e Revisão de Texto em Língua Portuguesa;
- Edição de texto de língua estrangeira (Inglês ou Espanhol);
- Revisão e Edição de Texto em Língua Portuguesa;
- Produção, seleção e edição de Fotografia;
- Cobertura fotográfica para agenda de autoridades;
- Gestão de Banco de Imagens;
- Criação de Projeto Gráfico para boletins, informativos e comunicados;

- Diagramação de boletins, cartazes, comunicados, protetor de tela e apresentações; e
- Planejamento de eventos em todas as fases: produção, coordenação e organização.

7. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Assessoria de Comunicação Social	Rodrigo Kaiser Saccone

8. Descrição dos Requisitos da Contratação

Da aferição dos serviços:

Os serviços objeto desta contratação serão realizados na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário, ou seja, quando se contrata a execução de serviço por preço certo de unidades determinadas, conforme art. 6º, inc. VIII, da Lei n. 8.666/1993. Tal regime de execução se dá pela impossibilidade de prever com exatidão os aspectos quantitativos do objeto a ser executado. Sendo assim, os quantitativos estabelecidos nos documentos que irão compor o instrumento convocatório são meramente estimativos, devendo ser executados à medida da necessidade e conveniência do Ministério do Desenvolvimento Regional, que poderá readequá-los de forma diferente do previamente estabelecido, desde que justificadamente e respeitado o valor contratual global fixado. Isso se deve ao fato de que as demandas de comunicação, em grande medida, são *imprevisíveis* e acabam por fugir ao planejamento da Administração, especialmente em momentos de crise.

Quanto à análise da aferição dos serviços, verificou-se qual a metodologia mais adequada à contratação em tela, se por posto de serviço, hora/homem, mensuração por resultado (produto entregue), ou, ainda, híbrido.

Em 2014, o Tribunal de Contas da União exarou o Acórdão n. 3.489/2014 - Plenário, no qual permitiu ao Ministério do Meio Ambiente a adoção do regime híbrido de aferição dos serviços, posto de trabalho e produtos, e determinou a adoção de providências quanto a um estabelecimento de instrumento para mensuração de resultados:

9.3 determinar ao Ministério do Meio Ambiente **que adote providências no sentido de que a execução do contrato decorrente do Pregão Eletrônico n. 7/2014 seja sempre precedida de ordem de serviço ou instrumento equivalente, que estabeleça os produtos, ou subprodutos, esperados para cada período de medição**, especificando-se o grau de qualidade exigido e a prévia estimativa do prazo necessário para a sua execução, a fim de que os pagamentos à contratada estejam condicionados à verificação de seu integral e adequado cumprimento, em consonância com os campos definidos no art. 15, inciso IV, da IN/SLTI n. 2/2008, com a prerrogativa explicitada no item 9.4 da minuta de contrato, justificando quando da impossibilidade ou desnecessidade da inclusão de algum desses campos;

(...)

(grifo nosso)

Cita-se como exemplo de regime híbrido de aferição dos serviços, ainda, o pregão n. 28/2017, do Ministério da Fazenda, que estabeleceu "Serviços permanentes de comunicação" e "Produtos". Conforme já mencionado, em 2016 o Tribunal de Contas da União também adotou estrutura similar. Contudo, o estabelecimento de critérios de mensuração de resultados para postos de serviço se mostra muito complexo. A despeito de o Tribunal ter permitido a adoção do regime híbrido, nota-se que o TCU vem recomendando a adoção de mensuração por resultados.

Sendo assim, sugere-se a adoção das recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas da União que vem, recorrentemente, recomendando que nas contratações para prestação de serviços a remuneração deve estar preferencialmente vinculada a resultados, evitando-se, assim, o pagamento por horas de serviço (horas-homem) ou posto de trabalho, de forma a priorizar a eficiência na Administração Pública. Ou seja, o órgão contrata a empresa para realizar a atividade, interessando a ele apenas os resultados ou os produtos obtidos no prazo fixado segundo as especificações estabelecidas, independentemente de quais ou quantos funcionários a empresa empregou. A exemplo, citamos o Acórdão n. 786/2006 - TCU - Plenário:

84. Essa forma de execução permite que a remuneração da contratada seja feita com base na mensuração dos serviços e resultados, evitando-se, ao máximo, o pagamento por horas trabalhadas ou por horas de

disponibilidade do pessoal (postos de serviço). Assim, a Administração paga somente pelos produtos e serviços efetivamente realizados e aceitos conforme as métricas e os padrões previamente estabelecidos. Entre as vantagens derivadas dessa sistemática, vale mencionar a eliminação ou, pelo menos, a fragilização do paradoxo.

Ainda, conforme orientação da SEGES/MP:

Art. 11. A contratação de serviços continuados deverá adotar unidade de medida que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da contratada, e que elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho.

§ 1º Excepcionalmente, poderá ser adotado critério de remuneração da contratada por postos de trabalho ou quantidade de horas de serviço quando houver inviabilidade da adoção do critério de aferição dos resultados.

A remuneração da contratada por quantidade de horas de serviços vem sofrendo, desde 2006, duras críticas por parte do Tribunal de Contas da União, pois essa mensuração impede a remuneração da contratada pelo que foi efetivamente executado. O modelo privilegia a má execução dos serviços, uma vez que, quanto mais horas forem utilizadas para a concretização do objeto, maior será a remuneração da contratada (sistema homem-hora).

76. A disfunção corresponde ao que denomino **paradoxo do lucro-incompetência**. Isso significa que, quanto menor a qualificação dos profissionais alocados na prestação de serviço, maior o número de horas necessário para executá-lo, maior o lucro da empresa contratada e maior o custo para a Administração.

(TCU. Acórdão nº 786/2006 - Plenário. Relator: Ministro Augusto Sherman Cavalcanti)

Sendo assim, para a presente contratação é prevista a utilização de produtos e serviços previamente estabelecidos, especificados e estimados, a serem executados sob demanda, pois é o modelo que melhor atende às necessidades do Ministério do Desenvolvimento Regional, bem como está alinhado às últimas decisões e Acórdãos do Tribunal de Contas da União.

O modelo de contratação por catálogo de produtos e serviços acaba tornando mais objetivos os critérios para definição de quantitativos em relação ao hora-homem, ou ao posto de trabalho, além de tornar seu controle mais assertivo e transparente.

Participação de empresas reunidas em consórcios:

Para a presente licitação, não é prevista a permissão da participação de empresas reunidas em consórcio, em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas da União:

"... o art. 33 da Lei 8.666/1993 deixa à discricionariedade do gestor a decisão de admitir ou não a participação de empresas organizadas em consórcio no torneio licitatório, devendo tal desígnio ser verificado caso a caso."

(Acórdão n. 280/2010 - TCU - Plenário)

A participação de consórcios em certames licitatórios vai ao encontro da finalidade da licitação que é a obtenção da melhor relação custo-benefício para atender à necessidade da Administração. Os consórcios, geralmente, constituem instrumentos de ampliação da competitividade, na medida em que possibilitam as empresas que os integram somar capacidades técnica, econômico-financeira e know-how para participar de procedimento licitatório em que, individualmente, não teriam condições.

Contudo, embora não prescindir de características de cunho intelectual e complexo, conforme já explanado, é pacífico que a prestação de serviços de comunicação é de pleno e amplo conhecimento das empresas do ramo, havendo numerosa gama de empresas que possuem capacidade de atendimento às necessidades de comunicação deste Ministério, com expertises compatíveis com a expectativa dos serviços a serem contratados. Sendo assim, a participação de consórcio, no presente caso, não garante a ampliação da disputa competitiva, mas ao contrário, pode cerceá-la, pois as empresas não poderiam participar simultaneamente de forma individual e consorciada e, portanto, não poderiam concorrer entre si.

Somado a isso, acrescenta-se o fato de que o consórcio entre diversas empresas pode prejudicar a estratégia de comunicação do Ministério, tendo em vista as possíveis divergências de posicionamento de cada uma na execução de um mesmo serviço.

Vigência contratual:

O contrato deverá ter duração inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, no interesse da Administração e mediante acordo entre as partes, nos termos do inciso II, do art. 57 da Lei n. 8.666/1993, observado o limite de 60 meses.

Da justificativa acerca da natureza continuada do serviço e da duração inicial do contrato:

Examinando a legislação aplicável à matéria e considerando o artigo 57, inciso II, da Lei n. 8.666/1993, observa-se que a Lei introduziu exceções à regra geral de duração dos contratos administrativos, contudo não conceituou o que seja serviço contínuo, deixando a tarefa à doutrina, à jurisprudência e à regulação infralegal da prática administrativa. Vale transcrever o referido inciso:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

A Corte de Contas assim se posicionou a respeito do assunto, no Acórdão n. 35/2000 - TCU - Plenário:

Em princípio, a duração dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93 fica adstrita à vigência dos créditos orçamentários, ou seja, à anualidade, conforme o caput de seu art. 57. Contudo, a própria lei abre exceções. Entre elas, figura a prestação de serviços executados de forma contínua. Nesse caso, a duração está limitada a sessenta meses, devendo ser dimensionada com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos à Administração.

Segundo Marçal Justen Filho (in 'Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos', Ed. Aide, 4ª Edição, págs. 362/364), os serviços contínuos estão enquadrados nos contratos de execução continuada os quais impõem à parte o dever de realizar uma conduta que se renova ou se mantém no decurso do tempo.

Já Jessé Torres (in 'Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública', Ed. Renovar, 1994, págs. 349/351) se pronuncia sobre a matéria, afirmando que a prestação de serviços de execução contínua é aquela cuja falta paralisa ou retarda o serviço de sorte a comprometer a correspondente função estatal ou paraestatal. Acrescenta, ainda, que cabe à Administração, diante das circunstâncias de cada caso e do interesse do serviço, decidir pela prorrogação dos serviços contínuos por até 60 meses.

A Lei 8.666/1993, no entanto, não definiu ou especificou quais serviços podem ser considerados continuados. Sobre o assunto, a Instrução Normativa n. 05, de 25 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão, em seu artigo 15, estabelece que serviços continuados *"são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional"*.

O Tribunal de Contas da União adota o entendimento de que a definição de um serviço como sendo, ou não, continuado depende das características específicas em cada caso concreto. No Acórdão n. 132/2008 - TCU - 2ª Câmara, o Ministro Relator Aroldo Cedraz assim se manifestou:

(...)

28. Sem pretender reabrir a discussão das conclusões obtidas naqueles casos concretos, chamo a atenção para o fato de que a natureza contínua de um serviço não pode ser definida de forma genérica. Deve-se, isso sim, atentar para as peculiaridades de cada situação examinada.

29. Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

30. Nesse sentido, pode-se entender, por exemplo, que o fornecimento de passagens aéreas é serviço contínuo para o TCU, já que sua suspensão acarretaria a interrupção das atividades de fiscalização ínsitas ao cumprimento da missão desta Corte.

31. Na mesma linha de raciocínio, pode-se também considerar que o mesmo serviço tem natureza contínua para uma instituição federal de ensino superior, já que as bancas de exame de teses de mestrado e de doutorado exigem a participação de professores de outras instituições e, assim, a impossibilidade de fornecimento de passagens aéreas poderia inviabilizar a própria pós-graduação a cargo daquelas entidades.

32. O mesmo não ocorreria, no entanto, com um órgão judicial cujos integrantes não tivessem necessidade de deslocar-se frequentemente por avião para oferecerem a prestação jurisdicional. Em tal situação, o serviço em foco não seria contínuo, já que não seria essencial à permanência da atividade finalística.

33. De igual modo, um serviço de vigilância permanente de instalações deve ser considerado contínuo, posto que sua cessação colocaria em risco a integridade daquele patrimônio.

34. Isso não ocorre, entretanto, com um serviço de vigilância contratado para um evento específico, de duração determinada, que, por seu caráter eventual, não pode ser considerado contínuo.

É dever da Administração a publicidade de seus atos, conforme art. 37, caput, da Constituição Federal. Desse dever decorre a obrigação de observância ao princípio da transparência. Seu cumprimento pode se dar por diversas formas, tais como canais diretos de comunicação, a exemplo do SIC - Serviço de Informação ao Cidadão, ou por veículos diversos que reproduzem e repercutem à sociedade as informações e dados repassados pelos órgãos e entidades públicos. Os serviços de comunicação são imprescindíveis para o atendimento e prestação de informações à mídia e consequentemente à população, visando ao cumprimento da publicidade, transparência e *accountability* (prestação de contas) pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

A transparência pública tem um papel que vai além do combate à corrupção. Permite a contribuição tempestiva da sociedade no fornecimento de elementos que viabilizam a eficiência e efetividade do Estado, desenvolvendo uma cultura de gestão integrada e incentivando melhores políticas e programas de governo.

Em vista disso, a descontinuidade da prestação do serviço poderia comprometer a capacidade especializada de condução sistêmica da comunicação institucional. Como consequência, a capacidade de atuação da Assessoria de Comunicação do Ministério ficaria reduzida, possibilitando perdas com relação ao valor agregado das informações, à influência e interlocução do órgão com seu público de interesse e às respostas aos veículos noticiosos que difundem a visão do governo.

Dessa forma, entende-se que os serviços em tela possuem natureza continuada, uma vez que estão voltados para o funcionamento das rotinas de comunicação social, sendo necessários ao Ministério do Desenvolvimento Regional para o desempenho de suas atribuições, que, conforme já exposto, estão alinhados aos objetivos do órgão. Por esta razão, a interrupção desses serviços pode comprometer a continuidade e desempenho das atividades finalísticas do Ministério, em especial no que tange à prestação de informações à população. Assim, evitando o dispêndio de tempo e recurso humano empregado na instrução processual de nova contratação, quando do fim da vigência do contrato ora pretendido, resta configurada a necessidade de que a contratação se estenda por mais de um exercício financeiro, na forma do inciso II, do art. 57, da Lei n. 8.666/1993.

Cumpra ainda esclarecer que o fato de existir previsão de itens sob demanda e itens mensais não significa dizer que há serviços que não sejam contínuos. Tanto é verdade que mesmo em todo o período que o Órgão ficou sem contratação, não houve qualquer momento em que o Ministério (desde o Ministério da Integração) ficasse sem serviços de comunicação institucional, que, pela extrema necessidade da manutenção do serviço, se deu através de Termo de Execução Descentralizada, conforme detalhado nos Estudos Preliminares.

Critérios e práticas de acessibilidade e sustentabilidade:

Os serviços deverão atender aos critérios para a promoção de acessibilidade previstos em normas vigentes.

Os critérios para a promoção de acessibilidade constam na Lei 10.098/2000, cujo cumprimento orienta-se pela Norma Técnica ABNT NBR n° 9050.

Os critérios para a promoção de acessibilidade, não excluem qualquer outra determinação legal acerca do tema, quer seja complementar, suplementar, superveniente ou qualquer outra que se aplique ao caso concreto.

Assim, deverá ser incluído no Projeto Básico e no Contrato, no campo de obrigações da Contratada: "observar, durante toda a execução do objeto deste contrato, as diretrizes estabelecidas para a promoção dos recursos de acessibilidade previstos na Lei n° 10.098/2000 e nas demais normas vigentes".

Além disso, a equipe de planejamento ao observar os critérios listados no art. 4° do Decreto n° 7.746, de 5 de Junho de 2012, entendeu que os mesmos não são compatíveis com o julgamento das propostas do objeto a ser contratado, tendo em vista que, *a priori*, não se vislumbram impactos ambientais na execução dos serviços, além de que a preferência pela mão de obra local restringe a participação de empresas no certame. Ademais, durante a execução dos serviços, serão observados os critérios estabelecidos no Plano de Logística Sustentável do órgão, quando esse for expedido.

O(s) serviço(s) deverá(ão) respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos.

Esta contratação observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental.

A presente contratação deverá contemplar ainda conteúdo específico vinculado às práticas de sustentabilidade pelas agências de comunicação, no âmbito do Projeto Básico e do Contrato, este último na Cláusula Quinta - Obrigações da Contratada, nos termos do modelo de edital disponibilizado pela SECOM aos integrantes do SICOM, da seguinte forma: "adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, conforme disposto no art. 3° da Lei n° 8.666/1993 e regulamentado pelo Decreto n° 7.746, de 2012".

Quanto aos critérios de Habilitação Técnica:

Em razão do atual modelo de edital da Secom, que prevê a contratação de serviços de comunicação social, faz-se necessário analisar a capacidade técnica da empresa, por meio de sua capacidade produtiva no período contratual, no caso 12 meses. Por isso a equipe de planejamento incluiu como critério de habilitação que a empresa seja capaz de apresentar pelo menos metade dos serviços estimados no anexo I, do Apêndice I, do Projeto Básico. Isso para que seja possível aferir se a empresa concorrente já efetuou serviços compatíveis com o objeto da licitação, e ainda permitir o julgamento objetivo da licitação, com relação a habilitação. Além disso, a empresa precisa atestar que possui ao menos 3 anos de experiência no ramo da contratação, a fim de que seja verificada a solidez na prestação dos serviços.

Para tanto, a equipe de planejamento entende que as licitantes deverão apresentar declaração(ões), atestado(s) ou certidão(ões) expedida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que ateste(m) que a licitante prestou à(s) declarante(s) produtos e serviços compatíveis com o objeto desta concorrência.

Deverá ser incluída cláusula no edital do certame para constar que serão considerados serviços compatíveis com o objeto da concorrência a realização de pelo menos 50% das estimativas anuais previstas no Apêndice I do Projeto Básico (podendo cumular atestados para alcançar a exigência, desde que cada serviço, separadamente, seja realizado dentro dos mesmos 12 meses consecutivos, independentemente de ser um ano de exercício) nos seguintes serviços de maior relevância e no mínimo 3 anos de experiência:

- Atendimento, articulação, produção e envio de resposta a demandas de veículos de comunicação; (6 relatórios anuais)
- Contatos Proativos com Veículos de Comunicação para prospecção de pautas com elaboração e envio de releases, notas e outros conteúdos para imprensa (jornais, revistas, TV, rádios e sites); (6 relatórios anuais)
- Auditoria de Imagem; (02 auditorias) e,
- Elaboração, Edição e Revisão de Texto em Língua Portuguesa – de qualquer complexidade, podendo cumular (786 textos).

Os serviços escolhidos pela equipe de planejamento são aqueles cujas características são de maior grau de importância técnica, e que de fato permitem avaliar se a empresa consegue entregar os serviços solicitados no contrato.

Além disso, a equipe de planejamento entendeu, ainda, relevante a comprovação de pelo menos 50% das estimativas dos serviços, para permitir uma maior participação de empresas concorrentes na licitação, vez que uma porcentagem maior poderia eliminar empresas menores e uma porcentagem menor não possibilitaria averiguar a capacidade de atendimento em termos quantitativos.

Cumpram-se ainda que a exigência de 3 anos de experiência no mercado é compatível com o entendimento do Tribunal de Contas da União e é compatível com o disposto no art. 30, II, da lei nº 8.666, conforme decidido no Acórdão nº 2.939/2010 - Plenário/TCU, *in verbis*:

7. Em segundo lugar, por se tratar de serviço de natureza contínua, que podem se estender por longo período, a exigência temporal de experiência mínima no mercado do objeto também é, em princípio, compatível com o dispositivo legal há pouco mencionado, já que o tempo de atuação é critério relevante para avaliar a solidez do futuro fornecedor e, com isso, assegurar boa execução do objeto.

8. Acrescente-se que, na situação em foco, o estipulado prazo de três anos de atuação no mercado, conforme reconheceu a Secex/3, é compatível, dada a natureza contínua dos serviços em questão, com o prazo máximo de 60 meses autorizado pelo inciso II do art. 57 da Lei 8.666/1993.

Quanto à necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

Tendo por base a INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 4, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010, DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, o “Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas – TCU”, de 2012, concluiu que a **transferência de conhecimentos** diminuiu a dependência excessiva da contratante com relação à contratada, que estava passando a deter o conhecimento dos processos de trabalho e das tecnologias empregadas mais do que o próprio órgão, em alguns casos. Esse fato poderia ocasionar a perda do controle da Administração sobre os sistemas institucionais, incluindo a perda da capacidade de decisão sobre essas soluções, criando-se dependência em relação à contratada. O guia também aponta que essa transferência deve ocorrer ao longo do contrato e não somente no seu final:

4 - Forma de transferência de conhecimentos: Deve ser explicitado como os conhecimentos relativos à contratação serão transferidos ao órgão, de modo que este não fique excessivamente dependente da contratada.

Por exemplo, a transferência de conhecimentos pode incluir reuniões mensais entre as partes ou em momentos específicos, como ao final de cada fase do contrato e no término da implantação da solução, bem como oficinas e treinamentos. Essa transferência deve ocorrer ao longo do contrato, e não somente no seu final. Trata-se de uma forma de geração de valor para o órgão, além do valor decorrente da contratação em si.

(...)

Riscos identificados

(...)

3) Dependência excessiva com relação à contratada, que passa a deter o conhecimento dos processos de trabalho e das tecnologias empregadas mais do que o próprio órgão.

Esse fato pode ocasionar a perda do controle da Administração sobre os sistemas institucionais, incluindo a perda da capacidade de decidir sobre essas soluções, criando-se dependência em relação à contratada para proceder a alterações e manutenção dos aplicativos.

3.1) Sugestões de controles internos:

(1) a equipe de planejamento da contratação deve elaborar os procedimentos relativos à transferência de conhecimentos, como reuniões mensais, oficinas e treinamentos, bem como os produtos esperados desses procedimentos (e.g. atas das reuniões realizadas entre o órgão e a contratada, a serem incluídas nos autos do processo de fiscalização), e incluí-los no modelo de execução do objeto.

A transferência de conhecimentos para serviços de tecnologia foi novamente tratada na INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 4, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014, DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, que revogou a IN anterior que tratava sobre esse mesmo assunto. Ficou definido que as atividades de transição contratual e de encerramento do contrato deveriam observar a entrega de versões finais dos produtos e da documentação e a **transferência final de conhecimentos** sobre a execução e a manutenção da Solução de Tecnologia da Informação:

Da transição e do encerramento contratual

Art. 35. As atividades de transição contratual, quando aplicáveis, e de encerramento do contrato deverão observar:

I - a manutenção dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio por parte da Administração;

II - a entrega de versões finais dos produtos e da documentação;

III - a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da Solução de Tecnologia da Informação;

IV - a devolução de recursos;

V - a revogação de perfis de acesso;

VI - a eliminação de caixas postais; e

VII - outras que se apliquem.

Essa interpretação foi ampliada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 5, DE 25 DE MAIO DE 2017 DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, e passou a abranger também a contratação de serviços de natureza intelectual. Conforme alínea "e", item 2.5, do Anexo V da IN, ficou instituído que, por ocasião do encerramento do contrato, os fiscais deverão promover as atividades de transição contratual observando, no que couber, a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção do serviço. Na contratação de serviços de natureza intelectual, deverá ser estabelecida como obrigação da contratada realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, para garantir que haja a adequação dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do serviço por parte da Administração.

Portanto, entende-se que a transferência de conhecimentos deve estar prevista na contratação pretendida, especialmente para o Grupo 2, por se tratar de prestação de serviço de natureza intelectual, executada por meio de produtos que vão gerar um grande volume de imagens, texto e material audiovisual, bem como procedimentos para atendimento de imprensa, monitoramento de

redes sociais, entre outros. Trata-se de uma forma de geração de valor para o órgão, além do valor decorrente da contratação em si. A transferência deve se dar ao longo do contrato, e não somente no encerramento.

Tomando por base os normativos acima mencionados, a equipe de planejamento da contratação elaborou os procedimentos relativos à transferência de conhecimentos, que devem ser observados durante e ao final da contratação:

A transferência de conhecimentos deve ser realizada em reuniões mensais entre as partes, bem como em oficinas e treinamentos que se verifiquem necessários durante a execução do contrato. Nesses momentos a contratada deve passar para a equipe técnica residente da Ascom os procedimentos e técnicas que estão sendo realizados para execução dos produtos.

Além das reuniões mensais, a transferência de conhecimentos deve ocorrer também em alguns momentos específicos do contrato, a saber, no início da prestação do serviço, na ocasião da implantação de novas soluções e tecnologias, e ao final do contrato.

Em todos momentos a contratada deve realizar a manutenção de acervo em meio virtual e/ou físico, com acesso irrestrito para a contratante, composto pelo material produzido durante a execução do contrato, inclusive material fotográfico e audiovisual, projetos gráficos, infográficos, ilustrações, textos e demais produtos. Ao fim do contrato a totalidade desse material deve ser disponibilizada em definitivo para a contratante.

Soluções de mercado:

No mercado há diversas empresas que prestam serviços correlatos aos pretendidos no presente Estudo. Vejamos apenas algumas delas:

EMPRESAS
APPROACH COMUNICAÇÃO INTEGRADA LT D A
FSB COMUNICAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO LTDA.
S2PUBLICOM COMUNICAÇÃO INTEGRADA LT D A.
BR MAIS COMUNICAÇÃO LTDA.
PARTNERSNET COMUNICAÇÃO EMPRESARIA LTDA.
INFORME COMUNICAÇÃO INTEGRADA S/S LT DA.
CDN COMUNICAÇÃO CORPORATIVA LTDA
IN PRESS ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA LTDA
MÁQUINA DA NOTÍCIA COMUNICAÇÃO LTDA
ENTRELINHAS COMUNICAÇÃO LTDA
BH PRESS COMUNICAÇÃO LTDA
ARTE & DESIGN COMUNICAÇÃO VIRTUAL LTDA

ESPLANADA SERVIÇOS DE INTERNET LTDA
REPUTALE COMUNICAÇÃO LTDA

Por sua própria natureza dinâmica e inovadora, que precisa acompanhar as novas tecnologias e tendências, a lista de serviços /produtos de comunicação não se exaure, abrangendo atividades como diagnóstico de oportunidades de relacionamento com jornalistas, desenvolvimento de ações de assessoria de imprensa, produção e redação e criação de conteúdo para divulgação, planejamento de comunicação, gerenciamento de crises, produção de diagnósticos de exposição e imagem, *media training*, entre muitos outros.

A estimativa de preços está detalhada no tópico ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

9. Levantamento de Mercado

Atualmente a força de trabalho da Ascom conta com apenas 10 servidores (3 técnicos de comunicação e 7 comissionados), o que demonstra a defasagem e necessidade de reforço para desenvolver atividades que auxiliam a equipe a desenvolver os serviços de comunicação e cumprir com a missão de comunicar com eficiência e transparência para a sociedade, beneficiários, gestores municipais, estaduais, federais formadores de opinião e imprensa, as ações, programas e serviços e atender a nova configuração dada à Pasta.

Em um olhar superficial, há quem acredite que essa força de trabalho é suficiente para que a Ascom execute sua missão institucional. No entanto, importante frisar que a maioria do pessoal não tem formação em comunicação ou jornalismo, e exercem funções relacionadas a área administrativa do setor, que também tem altíssima demanda e é de extrema relevância para o bom funcionamento da Assessoria. Se tratam de funções relacionadas à gestão de pessoal, gestão contratual, fiscalizatória, e relacionadas a publicidade e comunicação interna.

Ademais, ao analisar a quantidade de secretarias e políticas públicas do Órgão, e quantidade de entregas que o Ministério do Desenvolvimento Regional realiza percebe-se que o quadro é insuficiente, e ainda seria se toda a equipe da Ascom fosse da área comunicacional.

Importante salientar que atualmente o MDR possui investimentos de R\$139.875.913.913,68 (cento e trinta e nove bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, novecentos e treze mil, novecentos e treze reais e sessenta e oito centavos), bem como capilaridade em todo território nacional, atendendo quase todos os municípios do país, aproximadamente 5.000 municípios, conforme se vê no Painel MDR - Carteira de Investimentos (http://paineis.mdr.gov.br/painel_carteira_investimento.html acessado em 05/06/2020). São cerca de 22 mil contratos em andamento, que gerarão entregas e deverão ser noticiadas à população. Dentre elas podemos citar urbanizações de comunidades, ampliação de sistemas de esgotamento sanitário, manejos de águas pluviais, drenagens urbanas, construções e ampliações de barragens, planos de desenvolvimento de mobilidade urbana, pavimentações, ações de infraestrutura urbana, ampliação e restauração de rodovias, aquisições de maquinário agrícola, calçamentos, canalização de córregos, construções de pontes, praças, feiras, centros de eventos e áreas de lazer, entre outros.

Além disso, o Ministério ainda é responsável pelo Programa Minha Casa Minha Vida, obras por execução direta, planos de trabalho da Defesa Civil e termos de execução descentralizada, cujos investimentos não estão somados no valor retro mencionado, mas atingem todos os estados do país.

É dever da Ascom cumprir com as suas estratégias comunicacionais e, especialmente, contribuir para a promoção das políticas públicas. As políticas, as ações e os programas executados pelo Ministério são de interesse público e necessitam de suporte técnico eficiente para garantir a eficaz transmissão das informações definidas pela Ascom, bem como garantir o cumprimento dos princípios previstos no art. 37 da Constituição da República, dentre eles a publicidade.

Levantamento de mercado:

Diante da situação acima narrada, a equipe de planejamento buscou encontrar soluções para suprir as necessidades da Ascom.

Por meio da Instrução Normativa nº 05/2017, do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão - MPDG, atual Ministério da Economia - ME, resta estabelecido que a Administração Pública deve sempre contratar serviços no lugar de mão-de-obra. Vejamos o que diz o art. 3º:

Art. 3º O objeto da licitação será definido como prestação de serviços, sendo vedada a caracterização exclusiva do objeto como fornecimento de mão de obra.

Partindo desta disposição, a equipe de planejamento passou a tratar como descartada a hipótese de contratação nos modelos de postos de trabalho e hora-homem. Além disso, procurou identificar quais os tipos de serviços na área de comunicação seriam essenciais ao cumprimento de suas funções. Com a finalidade de implementar as atividades previstas no planejamento estratégico, a Assessoria de Comunicação Social necessita contar com conjunto ampliado de produtos e serviços de comunicação e de relações públicas. Tais ferramentas deverão habilitar a Ascom a cumprir com as suas estratégias comunicacionais e, especialmente, contribuir para a promoção das políticas sociais.

Por meio de levantamentos de contratações realizadas em outros órgãos da administração pública federal foram encontrados 2 tipos de contratos: os firmados junto a Empresa Brasileira de Comunicação - EBC, e os firmados junto a empresas prestadoras de serviços de comunicação corporativa.

Da Empresa Brasileira de Comunicação - EBC:

Durante a confecção dos presentes estudos técnicos preliminares constatou-se a necessidade de contratação de serviços que abrangessem os seguintes aspectos: Assessoramento direto às autoridades do Ministério, Atendimento às Demandas, Assessoria de Imprensa, Treinamento, Monitoramento e Análise, Produção de Conteúdos, Produção e Organização de Imagens, Projeto Gráfico e Planejamento de Eventos. Nesse contexto, foi averiguado que não há confluência entre tais serviços com os ofertados pela EBC. Como se verifica em comparativo feito no processo 59110.000002/2019-12, documento 1565674, a carteira de produtos ofertados pela Empresa Brasil de Comunicação oferece soluções mais pontuais, configurando expressivas divergências qualitativas.

Nota-se que a EBC oferta apenas produtos relacionados a monitoramento de notícias e produção de conteúdos, o que não atende completamente às necessidades do órgão. Até mesmo o item denominado "*Outros serviços de comunicação e conexos*" limita-se a apenas três produtos - cópia de áudio e vídeo, transcrição e tradução de texto (Inglês/Espanhol), que, assim como outros, não foram previamente identificados como necessários no formato proposto a esta área de comunicação no contexto atual.

Quanto aos itens ofertados pela EBC que são similares aos inicialmente solicitados, ressalta-se, ainda, que não guardam equivalência em sua forma de entrega.

Além do mais, ao observar o histórico do extinto Ministério da Integração Nacional até o atual Ministério do Desenvolvimento Regional, observa-se que nos últimos anos as Pastas não prescindiram dos produtos "Atendimento de demandas da contratante" e "Atendimento de demandas de veículos de comunicação", **não ofertados pela EBC**, pois a Ascom possui em seu quadro um reduzido número de servidores jornalistas (atualmente apenas o Chefe da Assessoria), capacitados ao atendimento da volumosa demanda da mídia em geral e dos demandantes internos. Percebe-se que, especialmente em momentos de crise, o órgão carece de maior celeridade para o atendimento a algumas demandas.

Atualmente esta Ascom tem o serviço monitoramento, semelhante em alguns aspectos ao serviço de clipping, contratado com a EBC. Porém, o referido contrato apresenta problema na captação de assuntos de interesse do ministério e menções aos termos elencados como prioritários ao monitoramento, o que tem feito a experiência não ser adequada às necessidades da Pasta.

Portanto, diante de todo o exposto, a Ascom não possui elementos para atestar a conveniência e a oportunidade da contratação da carteira de produtos ofertada pela Empresa Brasil de Comunicação, bem como a viabilidade econômica da mesma. Ressalta-se que o não atendimento às demandas da área de comunicação, devido à oferta limitada de produtos, pode causar maior prejuízo à solução integral esperada e, conseqüentemente, à relação custo/benefício (vantajosidade), que é finalidade da licitação.

Das empresas prestadoras de serviços de comunicação corporativa

A Instrução Normativa nº 04/2018, da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM/PR, prevê em seu art. 3º:

Art. 3º - Os serviços de comunicação corporativa serão contratados com empresas especializadas no segmento que sejam estabelecidas no país e estejam devidamente cadastradas, com situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e que satisfaçam as condições e disposições estabelecidas no edital.

Para a contratação de empresas de comunicação social, a SECOM vem disponibilizando modelos de editais, com diversos serviços, que devem ser modulados com base nas necessidades do órgão e nas dinâmicas a serem estabelecidas com a contratada no decorrer da execução contratual.

Listamos abaixo alguns dos editais lançados nos últimos anos pela Administração Pública, nos quais há previsão de execução de serviços de comunicação de forma integrada:

Órgão/Entidade	Identificação	Objeto
----------------	---------------	--------

Departamento de Infraestrutura e Gestão Patrimonial - Demap Banco Central do Brasil	Concorrência n. 01/2019 Técnica e Preço	Contratação de empresa prestadora de serviços de comunicação corporativa.
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	Concorrência n. 11/2018 Técnica e Preço	Contratação de empresa prestadora de serviços de comunicação corporativa.
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC	Concorrência n. 01/2017 Melhor Técnica	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de comunicação corporativa, para realização de assessoria em planejamento de comunicação, no relacionamento com a imprensa, na produção de conteúdo multimídia e em relações públicas, a serem realizados em território nacional e internacional.
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	Concorrência n. 03/2018 Melhor Técnica	Contratação de empresa prestadora de serviços de comunicação corporativa, referentes à: a) prospecção, planejamento, implementação, manutenção e monitoramento de soluções de comunicação corporativa do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, no seu relacionamento com a imprensa e na sua atuação em relações públicas, em território nacional ou internacional; b) criação e execução técnica de ações e/ou materiais de comunicação corporativa e de conteúdos multimídia, no âmbito do contrato; c) criação, implementação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação corporativa, destinadas a expandir os efeitos da atuação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil junto à imprensa e demais públicos de interesse, em consonância com novas tecnologias.
Ministério do Esporte - atual Ministério da Cidadania	Concorrência n. 02/2016 Melhor Técnica	Contratação de empresa de comunicação corporativa para prestação de serviços, dentre outros, de consultoria em comunicação, planejamento estratégico, assessoria de imprensa, relações públicas e produção de conteúdo multimídia, a serem realizados em território nacional e internacional.
Ministério do Turismo	Concorrência n. 02/2016 Melhor Técnica	Contratação de empresa especializada de comunicação integrada para prestação de serviços de consultoria, planejamento estratégico, assessoria de 4 imprensa, relações públicas, produção de conteúdo e comunicação digital.
Conselho Federal de Química	Concorrência n. 01/2018 Melhor Técnica	Contratação de empresa prestadora de serviços de comunicação corporativa, referentes à: a) prospecção, planejamento, implementação, manutenção e monitoramento de soluções de comunicação corporativa do Conselho Federal de Química - CFQ, no seu relacionamento com a imprensa e na sua atuação em relações públicas, em território nacional; b) criação e execução técnica de ações e/ou materiais de comunicação corporativa e de conteúdos multimídia, no âmbito do contrato; c) criação, implementação e desenvolvimento de formas inovadoras

		de comunicação corporativa, destinadas a expandir os efeitos da atuação do Conselho Federal de Química - CFQ junto à imprensa e demais públicos de interesse, em consonância com novas tecnologias.
Ministério da Educação	Concorrência n. 01/2019 Melhor Técnica	<p>O objeto da presente concorrência é a contratação de empresa prestadora de serviços de comunicação corporativa, referentes à:</p> <p>a) prospecção, planejamento, implementação, manutenção e monitoramento de soluções de comunicação corporativa do Ministério da Educação, no seu relacionamento com a imprensa e na sua atuação em relações públicas, em território nacional;</p> <p>b) criação e execução técnica de ações e/ou materiais de comunicação corporativa e de conteúdos multimídia, no âmbito do contrato;</p> <p>c) criação, implementação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação corporativa, destinadas a expandir os efeitos da atuação do Ministério da Educação junto à imprensa e demais públicos de interesse, em consonância com novas tecnologias.</p>

A contratação de empresas prestadoras de serviços de comunicação social é a melhor solução na atualidade. Para alcançar os melhores resultados, o processo de comunicação não deve se dar por iniciativas isoladas, mas sim por medidas integradas, de acordo com uma estratégia de comunicação que tire proveito das melhores técnicas, canais, linguagens, mídias, frequência de divulgação, e formato de conteúdos. É imprescindível que o processo de contratação reconheça que a qualificação técnica é fator preponderante para o atingimento dos objetivos estratégicos do órgão, especialmente na área de comunicação.

Além disso, a contratação de uma empresa tecnicamente especializada permitirá que os serviços sejam entregues com uma estratégia comunicacional completa e integrada, atingindo todos os públicos-alvos pelos meios de comunicação acessíveis a cada um deles, de forma eficiente.

Modalidade e tipo de licitação:

A Lei nº 10.520/2001, determina que:

Art. 1º Para aquisição de bens e **serviços comuns**, poderá ser adotada a licitação na **modalidade de pregão**, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e **serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.** (grifos nossos)

É notório o entendimento pelos Órgãos de Controle, e por isso recomendam, que as contratações públicas que dependam de licitação sejam, sempre que possível, realizadas por meio da modalidade pregão, prezando sempre pelo menor preço.

Ocorre, que nem sempre o serviço a ser contratado pode ser medido com base exclusivamente no preço. Não à toa, a legislação prevê a aplicação do princípio da vantajosidade para a Administração Pública, que deve revelar a proposta mais vantajosa e mais benéfica, inclusive quando se tratar da qualidade dos serviços prestados. Assim, proposta mais vantajosa não pode ser entendida apenas como a necessariamente a menos onerosa. Além da onerosidade, a qualidade tem suma importância na apreciação das propostas.

Por tais razões, a Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República – Secom/PR – orienta, por meio de seus modelos e também da IN nº 04/2018, que a contratação de empresas de comunicação corporativa e digital se dê por meio de licitação na modalidade concorrência, tipo melhor técnica ou técnica e preço.

A referida IN nº 04, dispõe em seu art. 4º que:

“A licitação será processada de acordo com as modalidades concorrência, tomada de preços ou convite, conforme art. 22 da Lei 8.666, de 1993, adotando-se os tipos “melhor técnica” ou “técnica e preço”.

A IN nº 04 da SECOM, dispõe ainda em seu art. 11, que:

"I – poderá ser adotado o tipo de licitação “técnica e preço” se a adequada execução contratual exigir nível básico de qualificação técnica da empresa a ser contratada, a ser verificado na identificação da proposta mais vantajosa para a administração".

Destaca-se, contudo, que tal conceito apenas se aplica por tratar-se de uma solução que compreende o uso integrado das ferramentas do composto de comunicação. Sobre o tema, a Secom se manifestou na Nota Técnica n. 39/2017/DENOR/SGC /SECOM/SG-PR, que tratou especificamente de contratações de comunicação corporativa:

14. A decisão da SECOM também baseou-se na própria literatura acadêmica, que estabelece como técnica adequada a utilização de todas as ferramentas de comunicação de forma integrada, sendo a publicidade apenas uma das ferramentas do composto de comunicação, ou composto promocional, ao lado das relações públicas, relações com a imprensa, da promoção e, cada vez mais, da comunicação digital.

c) Da comunicação de governo

15. O correto entendimento da contextualização das ferramentas de comunicação, no âmbito da atuação tanto da iniciativa privada quanto pública, é de fundamental importância para que se possa compreender, de forma adequada, a natureza estratégica e intelectual da prestação desse serviço, que não se alinha às características dos bens e serviços "comuns", que são constituídos por tarefas executadas de forma mecânica e com protocolos pré-estabelecidos, conforme estabelecido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Em que pese o entendimento da SECOM, o Tribunal de Contas da União - TCU já adotou postura diferenciada, relativa a modalidade de licitação. Para tanto a Comissão de Planejamento buscou analisar os entendimentos do TCU para tomar a melhor decisão quanto a modalidade e tipo de contratação a serem seguidos.

Em pesquisa no sítio do TCU, sobre o entendimento acerca de serviços comuns, a comissão de planejamento encontrou o Acórdão do Plenário nº 1074/2017, COFEN x IDEORAMA, no qual se entendeu que os serviços de comunicação deveriam ser licitados por meio da modalidade pregão.

Em análise detida ao caso COFEN, o TCU se posicionou sobre a complexidade dos serviços e sobre a especificidade dos serviços no edital. Vejamos alguns trechos do referido Acórdão:

“[...] não é a complexidade de um serviço que o define como sendo ou não um serviço comum, e sim o fato de possuir padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos, conforme exposto nos Acórdãos 1597/2010, 1287/2008, 313/2004, todos do Plenário:[...]”

“[...] é essencial destacar que o **conceito de serviço comum não está ligado a sua complexidade**. O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002 define serviço comum: ‘Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado’ “.

“Em nenhum momento, usaram-se os termos ‘complexidade’ ou ‘simplicidade’; o conceito de comum é que possa ser definido objetivamente e ter padrões de desempenho e qualidade especificados como foram os serviços constantes deste edital. (Voto do Acórdão 1287/2008-Plenário, Relator Ministro André de Carvalho)”

“[...] **os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital? As especificações estabelecidas são usuais no mercado? Se esses dois requisitos forem atendidos o bem ou serviço poderá ser licitado na modalidade pregão.** 12. A verificação do nível de especificidade do objeto constitui um ótimo recurso a ser utilizado pelo administrador público na identificação de um bem de natureza comum. Isso não significa que somente os bens pouco sofisticados poderão ser objeto do *pregão*, ao contrário, objetos complexos podem também ser enquadrados como comuns. (Relatório do Acórdão 313/2004-Plenário, Relator Ministro Benjamin Zymler).” (grifos nossos)

Ainda sobre o caso COFEN x IDEORAMA, a Comissão de Planejamento verificou que os serviços objeto da contratação, naquele caso específico, eram comuns, e não apresentavam predominância intelectual, bem como eram serviços rotineiros da comunicação.

A Comissão de Planejamento, ciente de sua tarefa de planejar a melhor solução para a contratação, buscou enquadrar a realidade do Ministério aos entendimentos do TCU sobre o assunto, e por tal motivo respondeu às perguntas do último trecho do Acórdão do COFEN, alcançando as seguintes respostas:

“Os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital?”

Entendeu-se que não. Isso porque os serviços de comunicação exercidos no MDR ultrapassam a simples necessidade de informação. Tais atividades abrangem apoio ao planejamento e coordenação de ações comunicacionais no Ministério, e ainda reiteramos que cada demanda necessita de avaliação minuciosa, além de existir soluções diferentes para o atendimento de cada demanda.

Na avaliação da empresa por meio da técnica, o MDR poderá avaliar as estratégias adotadas por cada licitante, ao ponto de verificar qual melhor atenderá o Ministério.

Cabe citar que o trabalho com públicos tão diversos requer o desenvolvimento de estratégias comunicacionais específicas e torna-se imprescindível a definição de planejamentos e estudos sobre a adequação das iniciativas de forma a estabelecer os conteúdos e plataformas mais apropriados.

Não há formulas, modelos ou padrões que atendam todas as necessidades do processo de comunicação. A criatividade é fator preponderante para a formulação de soluções de comunicação. É claro que um texto informativo segue regras básicas, normas gramaticais e alguns padrões, mas é inegável que o melhor ou pior resultado de comunicação depende também do fator humano, de um aspecto de qualidade perceptível para quem lê, mas de difícil quantificação ou avaliação objetiva. Selecionar uma estratégia de comunicação integrada como se seleciona uma caneta não é a maneira mais adequada, vantajosa ou econômica para a administração pública. Uma caneta de baixa qualidade, que não escreva adequadamente, pode ser substituída sem graves danos ao órgão que a obteve. Uma crise gerada por uma informação divulgada de maneira equivocada, imprecisa ou mesmo com a linguagem inadequada ao público, pode causar um dano irreversível a imagem do Órgão, perdas econômicas e ao erário.

Ultrapassado o primeiro questionamento, a Comissão passou a responder a segunda pergunta: **“As especificações estabelecidas são usuais no mercado?”**

A resposta também foi não. Isso porque é impossível antecipar as soluções que serão necessárias ao atendimento de cada demanda. Ainda que nesse momento se consiga prever os serviços essenciais, não é possível determinar qual a melhor solução ou metodologia a ser adotada em cada atendimento ou apresentação da informação para a sociedade.

Aliás, não existem roteiros preestabelecidos para cada serviço solicitado, nem mesmo padrões que se repitam. Para cada demanda a empresa contratada precisará avaliar, já com um olhar preventivo de crises, se a informação repassada poderá atingir de alguma forma o Órgão.

Importante frisar que quando se trata de comunicação, as informações transmitidas, principalmente aos usuários e aos beneficiários das políticas públicas, são expostas da “vitruve” e qualquer informação repassada errada ou em tempo inoportuno, possivelmente, desencadeará crises que se não tratadas com o devido cuidado poderão ser irreversíveis. Daí a necessidade da avaliação da técnica no processo licitatório, pois cada empresa pode apresentar técnicas de solubilidade diferenciadas, sendo algumas melhores que outras, principalmente no que concerne a função ministerial.

Quando se pensa na contratação de empresas de comunicação corporativa o que se procura é o conjunto de soluções. A elaboração de um texto pode até ser considerado um serviço comum se analisada individualmente, mas um texto que repasse a visão estratégica do Órgão, divulgados nas redes sociais, ou no portal, ou ainda utilizado como *release* e divulgado à imprensa e a sociedade no momento certo pode prevenir uma crise governamental. O texto não pode ser avaliado isoladamente. Seu melhor ou pior resultado de comunicação dependem da maneira como será divulgado, a frequência, ou veículo ou mídias escolhidos. Mais do que avaliar um texto objetivamente pelos seus aspectos técnicos, o processo de licitação para soluções de comunicação precisa avaliar como ele se coloca no corpo de uma estratégia integrada.

Observa-se que a esse conjunto de soluções, que será pensado caso a caso, é que se aplica a predominância intelectual dos serviços. Não basta contratar serviços separadamente, pois não atingirá o resultado esperado. É a integralidade das soluções que se almeja nesse tipo de contratação, razão pela qual o seu parcelamento também não será viável, como veremos mais a frente.

O TCU também já apontou a necessidade da comprovação da predominância do serviço intelectual ou a necessidade da arte ou racionalidade humana, por meio do *Acórdão 767/2010, Plenário, rel. Min. José Jorge*.

Ora, o serviço de comunicação depende de planejamento, de articulação, e não pode ser realizado de maneira mecânica, ou seguindo protocolos. Diversas variáveis podem prejudicar a comunicação, e daí advém a racionalidade humana, que lidará diferentemente em cada situação, ensejando as mais diversas soluções.

O parágrafo 3º do art. 46, da Lei 8.666/1993, diz que:

§ 3º Excepcionalmente, os tipos de licitação previstos neste artigo poderão ser adotados, por autorização expressa e mediante justificativa circunstanciada da maior autoridade da Administração promotora constante do ato convocatório, para fornecimento de bens e execução de obras ou prestação de serviços de grande vulto majoritariamente dependentes de tecnologia nitidamente sofisticada e de domínio restrito, atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação, nos casos em que o objeto pretendido admitir soluções alternativas e variações de execução, com repercussões significativas sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade concretamente mensuráveis, e estas puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, na conformidade dos critérios objetivamente fixados no ato convocatório.

Veja, a própria legislação admite a escolha dos tipos de licitação baseando-se em objetos com soluções alternativas e com repercussões significativas sobre a sua qualidade. Existem diversas formas de se executar o objeto licitado, portanto, necessária a avaliação da técnica de cada empresa concorrente. Não se vislumbra a devida análise técnica em uma licitação realizada na modalidade Pregão, na forma eletrônica, quando após a fase de lances já se tem conhecimento das licitantes envolvidas, **não havendo como analisar de forma impessoal uma solução estratégica fornecida**, baseada em um *briefing*.

Após as pesquisas, análises e estudos realizados e apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, pela Equipe de Planejamento, e tendo em vista a recomendação da Secom, na IN 04/2018, de que cabe à área demandante a opção pelo tipo de licitação, bem como a sua justificativa, passamos ao estudo do melhor tipo de licitação: se “melhor técnica” ou “técnica e preço”.

Os princípios da eficiência e economicidade, previstos constitucionalmente, e ainda a vantajosidade da contratação, nortearam a pesquisa da Equipe de Planejamento. Por isso, a necessidade de compreender bem a diferença entre os tipos de licitação melhor técnica e técnica e preço.

Verificou-se que a diferença básica entre os tipos concentra-se na fase da negociação de preços. Apesar de ambos buscarem o menor preço, no tipo melhor técnica, após a classificação das empresas pela técnica apresentada no certame, a Comissão Licitação convoca as empresas para que digam se aceitam exercer o menor preço ofertado no processo pelas empresas classificadas. Já no tipo Técnica e Preço é feita uma ponderação entre a nota e o preço apresentado pelas empresas (na proporção 70% nota /30% preço, por exemplo, a depender da justificativa do órgão).

Primando pela economicidade e vantajosidade para o Órgão, **essa equipe de planejamento entende que o tipo técnica e preço é a melhor escolha para o MDR**. Isso porque apesar da avaliação da técnica apresentada por cada empresa ser essencial para a contratação, o preço tem papel fundamental na escolha.

É certo que se busca vantajosidade, e ela só será efetivamente existente se o preço contratado não apresentar excessos ou carestias. A ideia de se ponderar o preço mediante uma técnica apurada alia dois importantes conceitos que formarão a vantajosidade da contratação. Não basta ter uma empresa que apresente a técnica apropriada para o Órgão, os serviços precisam ser precificados com a realidade do mercado e também possuir um bom desconto para que o contrato seja economicamente viável e razoável.

Apesar da contratação partir de um valor determinado pela própria Administração Pública, encontrado após o que entendemos ser uma boa pesquisa de mercado, tomando-se os valores por média ou mediana, caberá a cada licitante a oportunidade de diminuir ainda mais o valor contratual por meio de desconto.

No caso em tela, a **ponderação que melhor atenderá o MDR é a de 60% para o peso da técnica e 40% para o peso do preço**.

Isso porque a técnica ainda tem maior relevância para o órgão, que deseja contratar uma boa empresa, com uma técnica adequada acima de qualquer situação. Porém o preço, apesar de não chegar ao mesmo grau de importância, será bastante relevante na escolha da contratada.

Não busca-se privilégio excessivo da técnica em detrimento do preço, nem mesmo o cerceamento da competitividade das empresas, mas sim pertinência com os requisitos técnicos indispensáveis à boa execução dos serviços.

Por isso, esta Equipe de Planejamento entende ser proporcional às necessidades da Pasta que a técnica seja avaliada com peso superior ao peso do preço.

Para o Ministério do Desenvolvimento Regional é imprescindível que a contratação seja efetivada e que haja êxito na execução contratual. Há anos a Assessoria de Comunicação busca contratar os serviços de comunicação corporativa, como relatado no item ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR desse Estudo Técnico Preliminar, o que não vem sendo traduzido em economia de gestão. Seria grande o prejuízo para o Órgão levar anos para contratar uma empresa que em pouco tempo de execução não conseguisse realizar os serviços contratados.

Diante do exposto, nota-se que a necessidade do Ministério do Desenvolvimento Regional, em vista do volume e complexidade de suas ações, em especial no que se refere à atuação em situações de crise, demanda intelecto, conhecimento estratégico e agilidade para a execução dos serviços de comunicação. Menciona-se, a título de exemplo, o cenário em que este órgão compõe o

Conselho Ministerial de Supervisão e Respostas a Desastre e do Comitê de Gestão e Avaliação de Respostas a Desastre, instituídos pelo Decreto n. 9.691/2019, em decorrência da ruptura da barragem do Córrego Feijão, em Brumadinho-MG, e de suas repercussões na Bacia do Rio Paraopeba, onde se ressaltou a necessidade de garantir a execução dos serviços de comunicação por meio de uma equipe capacitada para disseminação de informação de forma ágil, técnica e inteligível com a imprensa, visando dar publicidade aos atos praticados por este Ministério.

Portanto, com fundamento no entendimento do TCU e conforme análise da situação prática atinente a esta Pasta, constante no item DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE destes estudos, verifica-se que a licitação em tela demanda contratação de serviços /produtos acessórios, instrumentais e auxiliares, que possuem características de natureza intelectual, em face de suas diversas variações técnicas, as quais são dependentes diretamente da situação (problema enfrentado) no momento, do público alvo da mensagem, do local da emissão, da finalidade da informação a ser divulgada e da qualidade da mensagem, entre outros aspectos, não se confundindo com atividades relacionadas a tomadas de decisão ou posicionamento institucional do órgão.

10. Descrição da solução como um todo

A licitação tem por objetivo a contratação de produtos/serviços de comunicação, que prevê, dentre outros aspectos, o planejamento, o treinamento de porta-vozes, a criação, a execução, a implementação e o desenvolvimento de soluções de comunicação, bem como o relacionamento com a imprensa.

Os serviços especificados e estimados têm o propósito de apoiar as atividades gerenciais e executivas da Assessoria de Comunicação Social do MDR, por meio da oferta de produtos que permitem a coordenação e execução das atividades e a adoção de estratégias e decisões para a implementação dos processos e projetos do órgão. Ainda, buscam o fornecimento de ferramentas que proporcionem uma operacionalização efetiva, com a otimização das atividades para o atendimento das demandas.

Os serviços contratados darão suporte à comunicação do MDR, considerando a imprevisibilidade dos acontecimentos, a rotina do órgão de acordo com as agendas do Ministério, de suas Secretarias e Departamentos, necessidades de coberturas de eventos, entre outros, não se limitando ao horário comum de expediente. Sendo assim, e conforme já mencionado, os quantitativos propostos são meramente estimativos, devendo ser executados à medida da necessidade e conveniência que o contexto demande, podendo o Ministério do Desenvolvimento Regional readequá-los de forma diferente do previamente estabelecido, respeitado o valor contratual.

A solução busca uma contratação de objeto que prima pela comunicação coesa, ou seja, uma solução abrangente de comunicação social, capaz de formar um todo consistente, fundamentado, lógico e autônomo, com diversos produtos desenvolvidos. Além disso, a solução tem por finalidade apoiar a Assessoria de Comunicação Social do Ministério do Desenvolvimento Regional no cumprimento dos preceitos constitucionais de transparência pública e, em especial, da Lei de Acesso à Informação, fortalecendo os mecanismos de diálogo de interesse público para o exercício da cidadania.

Seguem os itens que irão compor o objeto:

Assessoramento direto de comunicação e imprensa às autoridades do órgão (ministro de forma contínua, secretário executivo e/ou outras autoridades em situações de representação do Órgão junto à imprensa), produção de artigos, notas, respostas institucionais à imprensa e gerenciamento de crises.

Descritivo: Preparação de notas, respostas à imprensa e artigos; auxiliar na formulação de estratégias e na execução do planejamento de comunicação e seus objetivos, acompanhar e preparar material para entrevista de autoridades a diversos veículos; participar de reuniões com autoridades; assessorar autoridades em entrevistas, propor coletivas e exclusivas, articular prospecção de pautas positivas junto à imprensa, solicitar e acompanhar serviços demandados pelas autoridades, levantar dados e informações para os briefings de viagem, entre outras situações próprias da assessoria de imprensa e gerenciar crises de comunicação e imprensa, prevenindo sua ocorrência e atuando tempestivamente caso venham a surgir. Desenvolvimento contínuo de atividades nas dependências do Contratante com disponibilidade para acompanhar as autoridades do MDR, especialmente ministro, ocasionalmente secretário executivo e outras autoridades em situações que envolvam a representatividade do órgão junto à imprensa, em atividades internas e externas, inclusive em viagens nacionais e internacionais.

Entregas: Relatório contemplando a listagem das tarefas realizadas, seu detalhamento e status de andamento.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Indicadores e métricas de mensuração de desempenho (qualidade e eficiência).

- Tempestividade no atendimento.
- Qualidade na interação com o demandante.
- Precisão na documentação das atividades.

Características consideradas na classificação da complexidade: Perfil das equipes (formação acadêmica, qualificação, experiência profissional e idiomas) para o atendimento da demanda.

Complexidade:

Altíssima	Perfil Profissional de Comunicação Master: nível superior (cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação) com, no mínimo, 10 anos de atuação em assessorias de comunicação de órgãos públicos, empresas ou veículos de comunicação; experiência como chefe ou coordenador de assessoria de comunicação ou de imprensa de empresa privada ou órgão governamental, gerente de atendimento em órgão público, agências de comunicação, e/ou redator chefe, e/ou editor ou profissional máster. Conhecimento amplo das ferramentas de gestão e habilidades para elaboração de proposta de trabalho de Comunicação e de orçamentos, definição e implantação de planejamentos, projetos de Comunicação, auxílio na formulação de políticas e estratégias de comunicação. Experiência em relacionamento com formadores de opinião. Responsável por coordenar e liderar equipes para auxílio na formulação de estratégias de comunicação e execução das ações do planejamento de Comunicação. Desejável domínio do idioma inglês.
-----------	--

Prazo de entrega: Execução continuada mensal.

JUSTIFICATIVA QUANTO A DIFERENÇA DOS CARGOS EM COMISSÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E DO TÉCNICO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: No caso do serviço de assessoramento direto às autoridades do órgão, informa-se que ele difere das competências dos cargos de Chefia da Assessoria de Comunicação Social, Assessor Técnico, Assistente e Assistente Técnico, previstos na estrutura de cargos do MDR, por meio do Decreto nº 10.290/2020. Isso porque o serviço contratado apenas complementa, de forma auxiliar, as competências dos cargos previstos no referido decreto. Entre os serviços a serem prestados pela empresa contratada e seus colaboradores, está incluído o acompanhamento de autoridades em viagens e o assessoramento direto. Além do seu papel de gestor público e de suas atividades administrativas, a função do servidor público atuante na área de comunicação é dar suporte a autoridades em suas necessidades específicas de comunicação e representação social, o que pode incluir desde o fornecimento de informações e dados específicos do órgão até a designação de um colaborador terceirizado para acompanhamento e assessoramento a eventos, entrevistas e viagens.

A proposta de contratação do serviço de assessoramento direto às autoridades do Órgão não infringe o Decreto nº 9.507/2018, pois o referido serviço não envolve tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; não coloca em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias; não é inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade; e, por fim, compreendem somente os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios do órgão ou entidade contratante como este Estudo Técnico Preliminar já esclarece.

Portanto, resta evidente que os serviços contratados, no máximo, complementam as atividades do Técnico em Comunicação Social, já que a IN 05/2017, em seu art. 9º, IV, veda a contratação de atividades que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, assim definidas no seu plano de cargos e salários. Apesar de atualmente não haver nenhum técnico de comunicação social da área de imprensa lotado na Ascom, a referida contratação não impedirá a lotação de servidores da área, caso haja concurso, ou algum servidor da área venha a ser cedido ou requisitado.

JUSTIFICATIVA QUANTO AO PERFIL PROFISSIONAL: a altíssima complexidade da atividade de assessoramento às autoridades exige um "background" e uma capacidade técnica de avaliação inerente a profissionais com maior experiência no mercado. Essa atividade exige um profissional com conhecimento apurado sobre o funcionamento das assessorias de comunicação e veículos de imprensa, razão pela qual sua experiência é fundamental.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: Assessoramento direto às autoridades da contratante - exige capacidade de julgamento e avaliação das situações para a elaboração de sugestões de posicionamento, identificação de riscos, construção de textos e criação de conteúdos que deem suporte a estratégia de comunicação do órgão. Serviço de natureza claramente intelectual pela alta complexidade envolvida no suporte ao relacionamento das autoridades do órgão com a imprensa.

Receber, coordenar, articular, encaminhar e acompanhar as demandas de comunicação das unidades do órgão.

Descritivo: Atividades que contemplam coordenar, articular, documentar, acompanhar e entender plenamente as necessidades do MDR, para a proposição do conjunto de produtos e serviços mais adequados para atendimento dessas necessidades. Desenvolvimento contínuo de atividades nas dependências do Contratante com período de execução mensal, no atendimento, recebimento, encaminhamento e tratamento de demandas e respostas às solicitações dos demandantes.

Entregas: Relatório contemplando a listagem das tarefas realizadas, seu detalhamento e status de andamento

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Indicadores e métricas de mensuração de desempenho (qualidade e eficiência).
- Tempestividade no atendimento.
- Qualidade na interação com o demandante.
- Precisão na documentação das atividades.

Características consideradas na classificação da complexidade: Perfil das equipes (formação acadêmica, qualificação, experiência profissional e idiomas) para o atendimento da demanda.

Complexidade:

Alta	Perfil Profissional de Comunicação Sênior: nível superior (cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação) com, no mínimo, 8 anos de atuação em assessorias de imprensa de órgãos públicos, agências de comunicação, empresas ou em veículos de comunicação de abrangência nacional, ou ter atuado como gerente ou coordenador de atendimento em assessorias de comunicação ou imprensa pública ou privada. Experiência em administração e coordenação das atividades de Comunicação, redação, além das demais atividades envolvidas no atendimento, tais como: definir divulgações e programas de relacionamento com o público-alvo. Responsável pela consolidação e apresentação de relatórios. Gerenciamento de equipes. Desejável domínio do idioma inglês.
------	--

Prazo de entrega: Execução continuada mensal.

JUSTIFICATIVA QUANTO AO PERFIL PROFISSIONAL: a exigência de um profissional de nível sênior é justificada pela complexidade do serviço. A atividade exige o julgamento e a avaliação das demandas para a elaboração de propostas adequadas às particularidades, complexidades e riscos da cada situação, isso exige que o profissional tenha amplo conhecimento sobre o funcionamento de assessorias de comunicação e dos veículos de imprensa.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: atividade que exige o julgamento e a avaliação das demandas para a elaboração de propostas adequadas às particularidades, complexidades e riscos da cada situação. O processo de comunicação é dinâmico e complexo, exigindo uma avaliação apurada e elaboração de soluções individualizadas, não podendo ser considerado serviço meramente operacional.

Atendimento, articulação, produção e envio de resposta a demandas de veículos de comunicação.

Descritivo: Desenvolvimento contínuo de atividades, com período de execução mensal, no atendimento, recebimento, tratamento e resposta às solicitações de veículos de comunicação nacionais, regionais e internacionais. Inclui as seguintes atividades:

- Atendimento telefônico, por email ou por outros meios eletrônicos.
- Atendimento presencial.
- Consulta a fontes.
- Elaboração de press-releases, notas, artigos, respostas e outros conteúdos.
- Envio de press-releases, notas, artigos, respostas e outros conteúdos;

- Criação de mailing com cadastro de jornalistas e/ou formadores de opinião, detalhando veículo, tema de interesse, endereços eletrônicos e público potencial de alcance;
- Atualização do mailing a partir do contato realizado.

Entregas:

- Relatórios mensais da quantidade de solicitações atendidas, com identificação dos veículos de comunicação e dos jornalistas solicitantes, o teor de cada demanda e respectiva resposta.
- Base de dados do mailing construído.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Alinhamento da resposta ao posicionamento estratégico, ao discurso institucional e às mensagens-chave do MDR.
- Tempestividade no atendimento.
- Amplitude das informações repassadas.
- Qualidade na interação com a imprensa.

Características consideradas na classificação da complexidade: Perfil das equipes (formação acadêmica, qualificação, experiência profissional e idiomas) para o atendimento da demanda.

Complexidade:

Alta	Perfil Profissional de Comunicação Sênior: nível superior (cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação), com, no mínimo, 8 anos de atuação em assessorias de imprensa de órgãos públicos, agências de comunicação, empresas ou em veículos de comunicação de abrangência nacional, ou ter atuado como gerente ou coordenador de atendimento em assessorias de imprensa pública ou agência. Experiência em administração e coordenação das atividades de Comunicação, redação e edição de textos, discursos e artigos, além das demais atividades envolvidas no atendimento, tais como: definir divulgações e programas de relacionamento com jornalistas. Responsável pela consolidação e apresentação de relatórios. Gerenciamento de equipes. Domínio do idioma inglês.
------	---

Prazo de entrega: Execução continuada mensal.

JUSTIFICATIVA QUANTO AO PERFIL PROFISSIONAL: a interlocução com veículos de comunicação é uma das áreas mais sensíveis do processo de comunicação corporativa. É necessário que os profissionais envolvidos nessa atividade tenham experiência consistente em assessoria de comunicação ou veículos de imprensa de maneira que possam conhecer as nuances dos processos e a dinâmica de funcionamento da imprensa.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: a atividade exige a avaliação das minúcias envolvidas em cada demanda apresentada pela imprensa. Tal avaliação depende de um conhecimento apurado sobre a estrutura, ações, programas e políticas do órgão, exigindo elevado grau de capacidade técnica para identificar riscos, possíveis crises ou oportunidades de comunicação para a melhor representação do ministério junto aos públicos de interesse. Para cada atendimento ou demanda é exigido um julgamento e formulação de soluções específicas, não podendo ser caracterizado como produto operacional ou comum.

Contatos Proativos com Veículos de Comunicação para prospecção de pautas com elaboração e envio de releases, notas e outros conteúdos para imprensa (jornais, revistas, TV, rádios e sites).

Descritivo: Desenvolvimento contínuo de atividades nas dependências do CONTRATANTE, com período de execução mensal, na realização de contatos proativos para articulação com veículos de comunicação - nacionais, regionais e internacionais -, com o objetivo de gerar pautas de interesse, divulgar ações e promover a imagem institucional do Ministério do Desenvolvimento Regional, incluindo as seguintes atividades:

- Elaboração de releases e notas

- Elaboração de artigos
- Contatos telefônicos, por e-mail ou por outros meios eletrônicos.
- Contatos presenciais.
- Envio de *press-releases*, notas e outros conteúdos.
- Atualização do *mailing* a partir do contato realizado.

Entregas: Relatórios mensais com as quantidades das pautas geradas, os respectivos temas e conteúdos e os dados dos veículos de comunicação e dos jornalistas responsáveis pelas matérias.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Relevância do veículo de comunicação e do profissional de mídia contatado, em termos do alcance de público e do seu potencial como formador de opinião.
- Espaço editorial obtido (mídia espontânea).
- Alinhamento da pauta às prioridades estratégicas do MDR.

Características consideradas na classificação da complexidade: Perfil das equipes (formação acadêmica, qualificação, experiência profissional e idiomas) para o atendimento da demanda.

Complexidade:

Alta	Perfil Profissional de Comunicação Sênior: nível superior (cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação), com, no mínimo, 8 anos de atuação em assessorias de imprensa de órgãos públicos, agências de comunicação, empresas ou em veículos de comunicação de abrangência nacional, ou ter atuado como gerente ou coordenador de atendimento em assessorias de imprensa pública ou agência. Experiência em administração e coordenação das atividades de Comunicação, redação e edição de textos, discursos e artigos, além das demais atividades envolvidas no atendimento, tais como: definir divulgações e programas de relacionamento com jornalistas. Responsável pela consolidação e apresentação de relatórios. Gerenciamento de equipes. Domínio do idioma inglês.
------	---

Prazo de entrega: Execução continuada mensal.

JUSTIFICATIVA QUANTO AO PERFIL PROFISSIONAL: a interlocução com veículos de comunicação é uma das áreas mais sensíveis do processo de comunicação corporativa. É necessário que os profissionais envolvidos nessa atividade tenham experiência consistente em assessoria de comunicação ou veículos de imprensa de maneira que possam conhecer as nuances dos processos e a dinâmica de funcionamento da imprensa.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: a atividade exige a avaliação das minúcias envolvidas em cada demanda apresentada pela imprensa. Tal avaliação depende de um conhecimento apurado sobre a estrutura, ações, programas e políticas do órgão, exigindo elevado grau de capacidade técnica para identificar riscos, possíveis crises ou oportunidades de comunicação para a melhor representação do ministério junto aos públicos de interesse. Para cada atendimento ou demanda é exigido um julgamento e formulação de soluções específicas, não podendo ser caracterizado como produto operacional ou comum.

Elaboração, organização e convocação de entrevista coletiva

Descritivo: Organização e realização de entrevista coletiva para porta-vozes do MDR junto a um grupo de jornalistas de diferentes veículos de comunicação. As atividades incluem:

- Reunião de *briefing* com o MDR.
- Planejamento, preparação e redação do conteúdo que será divulgado e dos documentos que serão entregues.
- Preparação e acompanhamento dos porta-vozes.

- Seleção de convidados e envio de convites.
- Estabelecimento da sistemática e execução de credenciamento dos participantes.
- Averiguação do local de realização do encontro.
- Supervisão e operação da coletiva (recepção dos convidados, organização da ordem de perguntas, triagem, mediação e registro).
- Levantamento e análise da repercussão da coletiva.

Entregas:

- *Briefing*, conteúdos divulgados e documentos entregues, documentação da coletiva.
- *Mailing* dos jornalistas convidados, relatórios de cobertura com o registro dos jornalistas participantes e dos resultados obtidos na mídia espontânea, a partir da realização da coletiva.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Adequação do planejamento e da operação do evento; eficácia da preparação dos porta-vozes em relação às perguntas feitas pelos jornalistas.
- Repercussão da coletiva na imprensa e os resultados obtidos em mídia espontânea.

Características consideradas na classificação da complexidade:

- Quantidade de jornalistas convidados, amplitude da coletiva (local, regional, nacional).
- Prazo para realização.

Complexidade:

Baixa	Até 10 jornalistas convidados para coletiva local, com antecedência de até 1 dia.
Média	Até 30 jornalistas convidados para coletiva regional, com antecedência de até 3 dias.
Alta	Até 50 jornalistas, para coletiva nacional, com antecedência de até 5 dias.

Prazo de entrega: Até 10 dias.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: a organização de entrevistas exige um levantamento sobre as particularidades do órgão e do porta-voz que será entrevistado. Para cada situação é necessário o desenvolvimento de abordagens específicas. Precede a entrevista a elaboração de briefings informativos para subsidiar o porta-voz do ministério. Esses briefings exigem o levantamento de informações e a construção de relatório de contextualização. A identificação das deficiências e/ou virtudes de cada porta-voz, a elaboração de sugestões para o posicionamento e a melhor forma de se comunicar, exige do profissional envolvido nesse processo alta capacidade intelectual e conhecimento técnico, não sendo possível formatar soluções homogêneas, manuais ou serviços que sejam facilmente reproduzidos atendendo às necessidades de todas as autoridades que possam vir a ser entrevistadas. Além disso, exige o adequado trato com os veículos de imprensa.

Entrevista Coletiva em Ambiente Digital

Descritivo: A atividade compreende as seguintes ações:

- Organização e realização de *hangouts* e transmissões com streaming ao vivo, com levantamento de influenciadores digitais a serem convidados.
- Definição de moderador.
- Preparação técnica para realização.

- Coletânea de perguntas.
- Análise de dados coletados e repercussão da divulgação.

Entregas: Relatório com o resumo do evento, número de acessos e resultados alcançados, além de DVD (ou outra mídia) com gravação da entrevista.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Adequação dos influenciadores digitais indicados em relação ao tema do evento.
- Espaço Editorial obtido (mídia digital)
- Alinhamento da pauta às prioridades estratégicas do MDR

Características consideradas na classificação da complexidade: Não se aplica.

Prazo de entrega: Até 5 dias úteis.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: a organização de entrevistas exige um levantamento sobre as particularidades do órgão e do porta-voz que será entrevistado. Para cada situação é necessário o desenvolvimento de abordagens específicas. Precede a entrevista a elaboração de briefings informativos para subsidiar o porta-voz do ministério. Esses briefings exigem o levantamento de informações e a construção de relatório de contextualização. A identificação das deficiências e/ou virtudes de cada porta-voz, a elaboração de sugestões para o posicionamento e a melhor forma de se comunicar, exige do profissional envolvido nesse processo alta capacidade intelectual e conhecimento técnico, não sendo possível formatar soluções homogêneas, manuais ou serviços que sejam facilmente reproduzidos atendendo às necessidades de todas as autoridades que possam vir a ser entrevistadas. Além disso, exige o adequado trato com os veículos de imprensa

Planejamento e acompanhamento de *Presstrip* / *Tour*

Descritivo: Identificação de oportunidade para trabalho direcionado a jornalistas-alvo, que façam a cobertura de imprensa de área de interesse do Governo Federal. O planejamento de uma *presstrip* deve apontar os perfis dos jornalistas, considerando a relevância do convidado a partir de dados pessoais e do veículo a que está ligado. Também deve avaliar a pertinência do convite para a viagem em função da temática e dos objetivos estabelecidos no planejamento estratégico do Ministério do Desenvolvimento Regional. Designar equipes para coordenar atividades e acompanhar viagens de até 5 jornalistas.

Entregas:

- Planejamento de viagem, com sugestão de tema, detalhamento das atividades sugeridas para cada dia de viagem e indicação da lista completa de convidados. O planejamento deve prever sugestões de hotéis, restaurantes e passeios. O material deve conter informações sobre a viagem, pré-requisitos e condições especiais, como vistos, vacinas, necessidade de credenciamento para dado evento ou atividade, entre outras variáveis. Também deve conter previsão orçamentária e recomendação de equipe técnica necessária para acompanhamento.
- Relatório de cobertura com a descrição das atividades realizadas em cada dia da viagem, apresentação e análise das percepções dos convidados, identificadas por meio de questionário de entrevista ou pesquisa, contemplando fotos e/ou vídeos de registro das visitas.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Adequação do planejamento aos objetivos estratégicos do CONTRATANTE.
- A precisão do detalhamento do roteiro de viagem e adequação da seleção de jornalistas convidados.
- Análise do *feedback* dos convidados.
- Verificação e análise de espaços editoriais (mídia espontânea) relacionados à promoção da *presstrip/tour*.

Características consideradas na classificação da complexidade: Duração da viagem.

Complexidade:

Baixa	Viagem com duração de 2 dias.
Média	Viagem com duração de 3 dias.
Alta	Viagem com duração de 5 dias.

Prazo de entrega: Até 10 dias úteis.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: O planejamento de uma *press trip* exige do profissional envolvido o julgamento das atividades que serão desenvolvidas para o fortalecimento das mensagens pretendidas pelo órgão. Cada ação que será realizada, a dinâmica do evento, a avaliação e convite dos jornalistas que participarão, exige conhecimento aprofundado do órgão, políticas e programas. O serviços se assemelha muito à atividade de assessoramento de imprensa. Tal suporte ao relacionamento com os veículos de comunicação exige a capacidade de avaliação e julgamento, não sendo possível caracterizar como atividade meramente operacional.

Planejamento e Execução de *Media Training*

Descritivo: Treinamento de porta-vozes para relacionamento com a imprensa, mediante apresentação de perfil dos veículos de comunicação e de jornalistas de diferentes mídias, orientações e procedimentos para o contato adequado com jornalistas, havendo, se necessário, acompanhamento de fonoaudiólogo, atividades práticas, por meio da simulação de entrevistas, análise e avaliação conjunta da postura dos participantes em situações diversas, simulação de entrevistas com gravação de vídeos para correções e análise de desempenho do participante. Para a preservação da imagem da autoridade, os vídeos deverão ser apagados ao final do treinamento. Também deve ser realizada uma análise de performance com identificação e definição de responsabilidades do grau de autonomia de cada um dos porta-vozes, em relação às temáticas relacionadas ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

Entregas: Planejamento e estruturação do *media training* e relatórios de avaliação com informações relativas ao evento e ao desempenho de cada participante.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Desempenho dos instrutores.
- Relevância das informações repassadas.
- Pertinência das atividades práticas e simulações realizadas no treinamento com as situações reais vivenciadas pelo MDR.
- Avaliação dos participantes.

Características consideradas na classificação da complexidade:

- Quantidade de participantes, tipo do treinamento com base nos meios de comunicação (Eletrônicos: TV, e Rádio, Impressos: Jornal e Revista e Digitais: Mídias *on-line*/sociais).
- Carga horária do treinamento.

Complexidade:

Baixa	Treinamento de 1 porta-voz para os meios TV, Rádio e Impressos. Carga horária de até 4 horas.
Média	Treinamento de até 4 porta-vozes para os meios TV, Rádio e Impressos. Carga horária de até 6 horas.

Prazo de entrega: Até 5 dias após o treinamento.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: o treinamento para o relacionamento com a imprensa e com o público exige um levantamento sobre as particularidades do órgão e do porta-voz que será treinado. Para cada situação é necessário o desenvolvimento de abordagens específicas. A identificação das deficiências e/ou virtudes de cada porta-voz, a elaboração de sugestões para o posicionamento e a melhor forma de se comunicar, exige do profissional envolvido nesse processo alta capacidade intelectual e conhecimento técnico, não sendo possível formatar soluções homogêneas, manuais ou serviços que sejam facilmente reproduzidos atendendo às necessidades de todas as autoridades que possam vir a participar desses treinamentos.

Auditoria de Imagem

Descritivo: Auditoria mensal de exposição do Governo Federal e de suas temáticas a partir de análise quantitativa e qualitativa da sua presença nos meios de comunicação monitorados (jornais, revistas, portais de notícias, TV, rádio, *blogs* e redes sociais). A auditoria deverá apontar os principais temas publicados/veiculados na imprensa, por tipo de veículo e impacto para a imagem do Governo Federal.

Entregas: Relatório analítico (quantitativo e qualitativo), com apresentação presencial, da forma como os públicos estratégicos n os meios/veículos de comunicação monitorados constroem a imagem do Governo Federal e de suas temáticas, os atributos positivos e negativos e as principais percepções sobre sua atuação. O relatório deve ser entregue na forma impressa e em formato digital.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Consistência das análises quantitativas e qualitativas.

Características consideradas na classificação da complexidade: Não se aplica.

Solicitação do serviço: trimestral.

Prazo de entrega: 20 dias.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: A auditoria de imagem do órgão exige julgamentos quanto a classificação das menções nos veículos de imprensa. A avaliação precisa levar em conta se são positivas, neutras ou negativas e se configuram riscos ou oportunidades. Tal avaliação exige uma análise individualizada, feita de maneira técnica e exigindo um conhecimento prévio sobre as particularidades do órgão, caracterizando serviço claramente intelectual.

Elaboração, edição de texto e captação de sonora com gravação para rádio, com distribuição por meio digital.

Descritivo: Redação, edição, revisão e adequação de textos elaborados ou originários de fontes oficiais, e gravação de sonoras para rádio. Boletim de rádio deverá ser oferecido de maneira proativa e enviado para emissoras de rádio. Poderá ser exigida a disponibilização para download em meio digital próprio de distribuição.

Entregas:

- Texto editado, revisado e adequado, e arquivo de áudio editado.
- Relatório de aproveitamento dos boletins contendo emissoras que fizeram a utilização, área de abrangência e público potencial atingido.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Utilização das fontes e insumos fornecidos pelo MDR.
- Tempestividade no atendimento ou na resposta às necessidades e/ou problemática apontada pelo MDR.
- Observância das normas de correção ortográfica e a legislação.

Prazos de entrega:

- 1 dia útil após a execução (para os arquivos de áudio)

- Mensal para o relatório de aproveitamento

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: a produção de conteúdo jornalístico, a construção do texto da maneira mais clara possível, a melhor forma de abordar um tema, são avaliações que exigem do profissional capacidade intelectual, criatividade e técnica para a construção das soluções que atendam às necessidades de cada desafio de comunicação.

Elaboração, Edição e Revisão de Texto em Língua Portuguesa

Descritivo: Elaboração, edição e revisão de textos jornalísticos ou institucionais direcionados ao público interno ou externo, a partir de consultas a fontes oficiais (autoridades e/ou técnicos de órgãos públicos nas diversas esferas e poderes), representantes do setor privado, especialistas, bem como relatórios e outros documentos governamentais, livros, *websites*, estudos acadêmicos, publicações de entidades setoriais, pesquisas estatísticas e outros conteúdos e publicações impressos ou eletrônicos. Os textos produzidos poderão ser utilizados como *press-releases*, notas à imprensa, avisos de pauta, artigos de opinião, ambiente digital, posicionamentos (*position paper*), *briefing*, livro branco, manuais, cartilhas, dossiês, textos institucionais para publicações e/ou apresentações, guia de perguntas e respostas, mensagens-chave, entre outros.

Entregas: Texto ou matéria editada, revisada e adequada para publicação.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Adoção das fontes e insumos fornecidos pelo MDR.
- Tempestividade no atendimento e na resposta às necessidades e/ou problemática apresentada pelo MDR.
- Observância das normas de correção ortográfica e a legislação.

Características consideradas na classificação da complexidade:

- Tipo de texto e conteúdo.
- Quantidade de fontes.
- Tipo de apuração.
- Quantidade de laudas.
- Prazo de entrega.

Complexidade:

Baixa	<p>Texto original, com conteúdo factual.</p> <p>Formulado a partir de informações obtidas com até 3 fontes.</p> <p>Até 3 laudas.</p> <p>Prazo de entrega: Até 1 dia útil.</p>
Média	<p>Texto original, com conteúdo factual e analítico.</p> <p>Formulado a partir de informações obtidas em consulta a 4 a 9 fontes</p> <p>Entre 4 e 9 laudas.</p> <p>Prazo de entrega: Até 3 dias úteis.</p>
Alta	<p>Texto original, com conteúdo factual e analítico.</p> <p>Formulado a partir de informações obtidas em consulta a 10 ou mais fontes.</p> <p>Acima de 10 laudas.</p>

Prazo de entrega: Até 7 dias úteis.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: a produção de conteúdo jornalístico, a construção do texto da maneira mais clara possível, a melhor forma de abordar um tema, são avaliações que exigem do profissional capacidade intelectual, criatividade e técnica para a construção das soluções que atendam às necessidades de cada desafio de comunicação.

Edição de texto de língua estrangeira (Inglês ou Espanhol)

Descritivo: Edição, revisão e formatação de texto em língua estrangeira. A edição **compreende a tradução do texto** e sua contextualização em relação aos termos comuns de comunicação da língua estrangeira, com consultas a fontes oficiais (ministérios, secretarias, autarquias ou instituições financeiras), relatórios governamentais ou a especialistas. Deverão ser adotados o inglês norte-americano e o espanhol da Espanha.

Entrega: Texto ou matéria editada, revisada e adequada para publicação.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Adoção das fontes e insumos fornecidos pelo MDR.
- Tempestividade no atendimento e na resposta às necessidades e/ou problemática apresentada pelo MDR.
- Qualidade da tradução.
- Observância das normas de correção ortográfica e a legislação.

Complexidades:

Baixa	Até 3 laudas. Prazo de entrega: Até 1 dia útil.
Média	Entre 4 e 9 laudas. Prazo de entrega: Até 2 dias úteis.
Alta	Acima de 10 laudas. Prazo de entrega: Até 5 dias úteis.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: a produção de conteúdo jornalístico, a construção do texto da maneira mais clara possível, a melhor forma de abordar um tema, são avaliações que exigem do profissional capacidade intelectual, criatividade e técnica para a construção das soluções que atendam às necessidades de cada desafio de comunicação.

Revisão e Edição de Texto em Língua Portuguesa

Descritivo: Revisão de publicação dos textos elaborados ou originários de fontes oficiais, de acordo com a demanda, conforme a língua portuguesa, respeitando as correções ortográficas e gramaticais oficiais, assim como a coerência e coesão e a concordância verbal e temporal.

Entregas: Publicação revisada em língua portuguesa.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Utilização das fontes e insumos fornecidos pelo MDR.
- Tempestividade no atendimento ou na resposta às necessidades e/ou problemática apontada pelo MDR.

- Observância das normas de correção ortográfica e a legislação.

Características consideradas na classificação da complexidade: Quantidade de páginas.

Baixa	Até 24 páginas
Média	De 25 a 50 páginas
Alta	Acima de 50 páginas

Prazo de entrega: Até 2 dias úteis.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: a produção de conteúdo jornalístico, a construção do texto da maneira mais clara possível, a melhor forma de abordar um tema, são avaliações que exigem do profissional capacidade intelectual, criatividade e técnica para a construção das soluções que atendam às necessidades de cada desafio de comunicação.

Produção, seleção e edição de Fotografia

Descritivo: Produção de fotos de interesse do Ministério do Desenvolvimento Regional, para utilização junto aos públicos externo e/ou interno, e para compor banco de imagens do órgão. As imagens deverão ser selecionadas e editadas de acordo com o interesse do MDR.

Entregas: Arquivos digitais das fotos, em alta resolução, e relatório com descrição do material produzido e dos direitos de uso. Deverá ser observada a legislação vigente no que diz respeito a direitos autorais e de cessão de imagem.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Qualidade técnica e editorial das fotografias.
- Alinhamento das temáticas com o *briefing*.

Características consideradas na classificação da complexidade:

- Cumprimento dos prazos
- Tempo de produção.
- Prazo de entrega.

Complexidade:

Baixa	Produção com duração de até 4 horas. Prazo de entrega: Até 1 hora após a produção.
Média	Produção com duração acima de 4 horas e até 8 horas, inclusive em viagens. Prazo de entrega: Até 2 horas após a produção.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: Serviços de produção fotográfica dependem de criatividade e arte, além de técnica apurada. Exige soluções específicas e individualizadas para cada desafio de comunicação. É clara a característica artística e técnica da atividade, além do conhecimento aprofundado do órgão, políticas e programas. A melhor forma de expressar visualmente um conteúdo exige capacidade intelectual e criativa do executor da tarefa. Não sendo possível caracterizar a atividade como meramente operacional ou possível de avaliação por parâmetros objetivos.

Cobertura fotográfica para agenda de autoridades

Descritivo: Cobertura fotográfica de agenda dos porta-vozes, especialmente reuniões e eventos, de forma contínua, nas dependências do CONTRATANTE, com período de execução mensal, ou em viagem, conforme agenda das autoridades assessoradas.

Entregas: Relatório mensal com descrição de todo material produzido, além de arquivos digitais das fotos, em alta resolução. Deverá ser observada a legislação vigente no que diz respeito a direitos autorais e de cessão de imagem. A entrega das imagens deverá ser feita por meio da disponibilização instantânea dos arquivos digitais finais em plataformas online do órgão (como Flickr, Google Drive ou similares), seguindo orientação do CONTRATANTE.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Aderência aos temas de interesse do órgão.
- Avaliação da qualidade técnica e editorial das fotografias.

Características consideradas na classificação da complexidade: Perfil profissional do(s) prestador(es) de serviço (qualificação, experiência e profissional).

Complexidade:

Média: perfil profissional do(s) prestador(es) de serviço de no mínimo 5 anos de experiência em fotojornalismo e tratamento de imagem.

Prazo de entrega do relatório: mensal.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: Serviços de produção fotográfica dependem de criatividade e arte, além de técnica apurada. Exige soluções específicas e individualizadas para cada desafio de comunicação. É clara a característica artística e técnica da atividade além do conhecimento aprofundado do órgão, políticas e programas. A melhorar forma de expressar visualmente um conteúdo exige capacidade intelectual e criativa do executor da tarefa. Não sendo possível caracterizar a atividade como meramente operacional ou possível de avaliação por parâmetros objetivos.

Gestão de Banco de Imagens

Descritivo: Criação, gerenciamento e armazenamento, por meio de sistema on-line, nuvem ou outro tipo de software com separação de fotos da produção de fotografias, e ainda incluir as seguintes atividades:

- Organização de arquivos, visando disponibilizar e classificar todas as fotografias e Banco de Imagens;
- Disponibilização, durante o contrato, de acesso ao software com funcionalidades para a gestão dos arquivos do Banco de Imagens;
- Disponibilização de *storage* em rede com arranjo redundante, conteúdos espelhados e backups em nuvem e/ou HD externo, como forma de garantir a integridade dos conteúdos arquivados;
- Disponibilização de conteúdo do Banco de Imagens, em formato a ser definido;
- manutenção do banco de imagens no Flickr do MDR;
- Disponibilização do Banco de Imagens, ao final do contrato, ao MDR.

Entregas: Banco de Imagens propriamente dito, Flickr e relatório mensal, em arquivo texto, contendo toda a movimentação (inclusões, exclusões, consultas, downloads).

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Organização (classificação para facilitar a busca)
- Seleção (pertinência das imagens armazenadas)
- Manutenção (preservação de arquivos)

Características consideradas na classificação da complexidade: Volume armazenado.

Complexidade:

Baixa	Inserção e guarda de até 400 imagens de foto/mês.
-------	---

Prazo de entrega: Mensal

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: Considerando que o serviço não trata de mero repositório de arquivos de imagens, devendo haver o gerenciamento e organização dos arquivos, com seleção de imagens por pertinência, o serviço exige conhecimento aprofundado do órgão, políticas e programas para uma adequada seleção. Ou seja, o mero armazenamento de imagens não atende à real necessidade do Ministério de manter um banco de dados de imagens organizado e acessível.

Criação de Projeto Gráfico para boletins, informativos e comunicados

Descritivo: Criação das características visuais de peça de design em formato eletrônico utilizando elementos gráficos (fotos, ilustrações, grafismos), títulos e fontes. O conteúdo deve ser organizado e dar destaque à leitura, atendendo às necessidades editoriais indicados no *briefing* de trabalho.

Entregas: Projeto gráfico detalhado em meio digital.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Aplicabilidade do projeto.
- Adequação aos desafios de comunicação e as necessidades apontadas no *briefing*.
- Qualidade estética.
- Pertinência ao tema.
- Aderência às diretrizes de comunicação do MDR e do Governo Federal

Características consideradas na classificação da complexidade:

- Quantidade de páginas.
- Prazo de entrega.

Baixa	Até 06 páginas. Prazo de entrega: Até 05 dias.
-------	---

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: a elaboração de projeto gráfico exige soluções específicas e individualizadas para cada desafio de comunicação. É clara a característica artística e técnica da atividade. A melhor forma de expressar visualmente um conteúdo exige capacidade intelectual e criativa do executor da tarefa, não sendo possível caracterizar a atividade como meramente operacional ou possível de avaliação por parâmetros objetivos.

Diagramação de boletins, cartazes, comunicados, protetor de tela e apresentações.

Descritivo: Organização e aplicação de conteúdo em cartazes, boletins, comunicados e protetores de tela, atendendo às necessidades editoriais indicadas no *briefing* de trabalho.

Entregas: Arquivo para ambiente digital e/ou material com preparação para impressão.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Fidelidade da diagramação ao projeto gráfico.
- Adequação visual do conteúdo à proposta de trabalho descrita no *briefing*.

Características consideradas na classificação da complexidade: - Prazo de entrega.

Complexidade: baixa

Prazo de entrega: 02 dias

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: a elaboração de projeto gráfico exige soluções específicas e individualizadas para cada desafio de comunicação. É clara a característica artística e técnica da atividade. A melhor forma de expressar visualmente um conteúdo exige capacidade intelectual e criativa do executor da tarefa, não sendo possível caracterizar a atividade como meramente operacional ou possível de avaliação por parâmetros objetivos.

Planejamento de eventos em todas as fases: produção, coordenação e organização.

Descritivo: Auxiliar as unidades do MDR, tão somente quanto ao planejamento das fases de cada evento, na elaboração do projeto descritivo a serem organizados, que contenha planejamento das fases de pré-produção, produção e pós-produção, com as ações a serem realizadas em cada uma dessas fases, com no mínimo, os seguintes conteúdos: justificativa, objetivos, públicos de interesse, tipo do evento, data e local de realização, recursos humanos, recursos materiais e financeiros e estratégia de comunicação. Prestar auxílio na produção, coordenação e organização de eventos, contribuindo na proposta do evento, na data e no local de realização, nos objetivos, na estimativa de participantes, nos perfis dos públicos, nas estratégias de divulgação, elaborando os roteiros cerimoniais e nos recursos disponíveis para conduzir os trabalhos, bem como acompanhar montagem de estruturas físicas e prestar apoio durante todo o evento, inclusive no pós-evento.

Entregas: Relatório mensal, em até 5 (cinco) dias úteis, contendo todos os planejamentos realizados e orçamentos detalhados, descrevendo ainda todos os eventos realizados.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento dos prazos.
- Tempestividade no atendimento.
- Precisão no planejamento e na organização das atividades

Características consideradas na classificação da complexidade:

- Local de realização do evento.
- Porte do evento.
- Presença de autoridades.
- Quantidade de participantes.

Padrão de pontos para definição da complexidade:

Para composição da complexidade deve-se analisar os itens abaixo, escolher 01 item de cada e somar os pontos levando em consideração cada evento a ser realizado.

Quanto ao local	Evento na sede – 10 pontos Evento no DF, mas fora da sede – 20 pontos Evento em outro estado – 30 pontos
Quanto ao Porte do Evento	Evento Nacional - cujos participantes sejam todos brasileiros – 10 pontos Evento Internacional - Se houver participantes brasileiros e estrangeiros – 20 pontos
Quanto a presença de autoridades	Eventos com participação de mais de 2 autoridades de 1º escalão (ministros) – 20 pontos Eventos com participação do Presidente da República do Brasil – 30 pontos

	*Obs: Se o evento contar apenas com a participação do ministro da Pasta esse item não deverá ser pontuado.
Quanto a quantidade de participantes	Evento com até 50 pessoas – 10 pontos Eventos de 51 a 150 pessoas – 20 pontos Eventos com mais de 150 pessoas – 30 pontos

Complexidade:

Baixíssima	Até 30 pontos
Baixa	40 ou 50 pontos
Média	60 ou 70 pontos
Alta	Acima de 70 pontos

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: O planejamento de eventos exige dos profissionais envolvidos uma série de julgamentos sobre a pertinência, a forma e o conteúdo que será representado. Mais do que a mera organização, essa atividade exige do profissional uma avaliação sobre como a dinâmica do evento estará melhor inserida dentro de uma estratégia integral de comunicação. O evento é parte de uma mensagem, de um "texto" maior, os elementos visuais, a locação, a dinâmica das ações precisam ser planejadas de maneira que reforcem as mensagens pretendidas pelo contratante.

11. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A Assessoria de Comunicação Social do Ministério do Desenvolvimento Regional estimou as quantidades da futura contratação a partir de levantamento histórico do período de março de 2019 a março de 2020. Levou-se em consideração a criação do Ministério do Desenvolvimento Regional (Medida Provisória n. 870, de 2019). O espaço temporal de análise escolhido, apesar de reduzido, foi limitado devido a fortes razões que impactariam diretamente na assertividade da estimativa caso fossem ignoradas. Quais sejam:

- a Assessoria de Comunicação Social do Ministério do Desenvolvimento Regional apenas experimentou e vivenciou os impactos da aglutinação das pastas (secretarias finalísticas) dos antigos Ministérios da Integração Nacional e das Cidades a partir da Medida Provisória n. 870, de 1º de janeiro de 2019;
- o Ministério das Cidades não possui histórico de contratação de serviços de comunicação social. Já o histórico vivido pela Ascom do Ministério da Integração Nacional (Contrato n. 55/2012) vigorou em moldes bastante diversos à contratação pretendida atualmente (tipo de contratação/ missão institucional/ volume de serviço por colaborador à disposição). Portanto, sugere-se que a realidade das Assessorias de Comunicação de ambos os extintos Ministérios (Integração Nacional e Cidades) destoa consideravelmente da realidade da Ascom do MDR;
- da mesma forma, nos TEDs que se seguiram em ambos os Ministérios, os produtos e os serviços consumidos, conforme pode ser observado nas tabelas dos itens 3.4.12 e 3.4.13, oscilaram consideravelmente em curtos períodos de tempo, distorcendo uma linear análise das reais necessidades de duas pastas que não representam a realidade atual do Ministério do Desenvolvimento Regional. Para finalizar, na perspectiva desta equipe, essa oscilação histórica prejudicou o andamento de uma comunicação coesa e eficaz, que desse suporte para a gestão de crises, para a manutenção de uma imagem positiva do órgão e para o volume e a complexidade das demandas de comunicação do MDR. Além disso, constatamos que essa variação de produtos e serviços, ao longo dos últimos anos, dificultou sobremaneira a estimativa de uma contratação condizente com as reais necessidades vividas pelos Ministérios da Integração e das Cidades, impactando também o trabalho de mensuração e estimativa para a futura contratação de comunicação do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Tendo em vista a dificuldade de mensurar as necessidades efetivas do MDR, a equipe de planejamento formulou uma avaliação de comunicação com o **objetivo de auxiliar a Ascom no aperfeiçoamento dos processos e serviços prestados, e no estudo técnico dos processos licitatórios para contratação de serviços especializados de comunicação. A referida avaliação foi**

encaminhada para as áreas técnicas do MDR, e obteve 16 contribuições de todas as secretarias finalísticas e executiva do Órgão. Perguntou-se sobre o portal do Ministério, as matérias publicadas, as quantidades que entendiam adequadas e ainda sobre as publicações nos canais digitais da Pasta.

Os levantamentos estão anexos aos autos: 1920885 (levantamento histórico do período de março de 2019 a março de 2020), 1920855 (quantitativos de criação de diagramação de projetos gráficos), 1920963 (tabela de eventos realizados entre março de 2019 e março de 2020), e 1920756 (avaliação - questionário).

Partindo desses levantamentos e contribuições a equipe de planejamento propôs quantitativos que entende adequados, levando-se em conta também o olhar técnico da gestão da unidade, a nova estratégia de comunicação adotada nesse momento pelo Ministério, além da necessidade de ajustes e projeções futuras.

Cumpra observar que as quantidades propostas são estimadas, e conforme o item 7.1 do Projeto Básico "serão executadas à medida da necessidade e conveniência do CONTRATANTE, que poderá readequá-las, ocasionando distribuição diferente da previamente estabelecida, desde que justificada a alteração e respeitado o valor estabelecido no subitem 6.1, quanto ao valor de investimento para a contratação".

Da estimativa de quantidades:

Estimativa de quantidades	
1.1.1 Assessoramento direto de comunicação e imprensa às autoridades do órgão (ministro de forma contínua, secretário executivo e/ou outras autoridades em situações de representação do Órgão junto à imprensa), produção de artigos, notas, respostas institucionais à imprensa e gerenciamento de crises.	Serviço contínuo, que deverá ser prestado 24 horas por dia, 7 dias por semana. Por tal razão, optou-se pela entrega de relatórios mensais, sendo que o serviço será remunerado mensalmente. A empresa deverá alocar a quantidade de profissionais que forem necessários ao atendimento do Órgão, levando em consideração inclusive a sazonalidade da demanda, observado o perfil indicado.
1.2.1 Receber, coordenar, articular, encaminhar e acompanhar as demandas de comunicação das unidades do órgão.	Serviço contínuo, que deverá ser prestado 24 horas por dia, 7 dias por semana. Por tal razão, optou-se pela entrega de relatórios mensais, sendo que o serviço será remunerado mensalmente. A empresa deverá alocar a quantidade de profissionais que forem necessários ao atendimento do Órgão, levando em consideração inclusive a sazonalidade da demanda, observado o perfil indicado.
1.3.1 Atendimento, articulação, produção e envio de resposta a demandas de veículos de comunicação.	Serviço contínuo, que deverá ser prestado 24 horas por dia, 7 dias por semana. Por tal razão, optou-se pela entrega de relatórios mensais, sendo que o serviço será remunerado mensalmente. A empresa deverá alocar a quantidade de profissionais que forem necessários ao atendimento do Órgão, levando em consideração inclusive a sazonalidade da demanda, observado o perfil indicado.
1.3.2 Contatos Proativos com Veículos de Comunicação para prospecção de pautas com elaboração e envio de releases, notas e outros conteúdos para imprensa (jornais, revistas, TV, rádios e sites).	Serviço contínuo, que deverá ser prestado 24 horas por dia, 7 dias por semana. Por tal razão, optou-se pela entrega de relatórios mensais, sendo que o serviço será remunerado mensalmente. A empresa deverá alocar a quantidade de profissionais que forem necessários ao atendimento do Órgão, levando em consideração inclusive a sazonalidade da demanda, observado o perfil indicado.

<p>1.3.3 Elaboração, organização e convocação de entrevista coletiva.</p>	<p>Estimou-se a convocação de 06 entrevistas coletivas ao ano, em complexidade baixa (até 10 jornalistas), média (até 30 jornalistas) e alta (até 50 jornalistas).</p> <p>O MDR é responsável pela Política Nacional de Defesa Civil, e constantemente precisa dar explicações acerca de desastres, como por exemplo Brumadinho/MG.</p> <p>O alcance pode ser de âmbito regional ou nacional. Por tal razão a divisão das complexidades por quantitativo de jornalistas convocados.</p>
<p>1.3.4 Entrevista Coletiva em Ambiente Digital.</p>	<p>Estimou-se a convocação de 02 entrevistas coletivas em ambiente digital ao ano.</p> <p>O MDR é responsável pela Política Nacional de Defesa Civil, e constantemente precisa dar explicações acerca de desastres, como por exemplo Brumadinho/MG. É certo que em algumas situações o público alvo é de influenciadores digitais, o que facilita que a entrevista se dê por meio de hangouts ou transmissões via streaming.</p> <p>O alcance da entrevista em ambiente digital não pode ser mensurado, e além disso o trabalho para incluir mais ou menos influenciadores seria basicamente o mesmo, por tal razão não foram previstas complexidades.</p>
<p>1.3.5 Planejamento e acompanhamento de Presstrip / Tour.</p>	<p>O MDR possui ações em uma gama variada de áreas, muitas delas desconhecidas para o grande público e principalmente para formadores de opinião. A organização de Presstrip/Tour cumpre com a finalidade de aproximar os jornalistas das atividades realizadas pelo ministério na ponta. É produto de estratégia de comunicação que contribui para ampliar o conhecimento do público sobre as ações, serviços, programas e obras conduzidas por esse ministério, dando transparência e promovendo o acesso do cidadão a direitos e serviços.</p> <p>Por tal razão, estimou-se 2 viagens de baixa complexidade (2 dias), 2 viagens de média complexidade (3 dias) e 01 viagem de alta complexidade (5 dias).</p>
<p>1.4.1 Planejamento e Execução de Media Training.</p>	<p>O relacionamento diário das autoridades do órgão com a imprensa é imprescindível, seja por meio de pronunciamentos, ou por entrevistas. Saber se comportar ao se pronunciar de forma técnica é importante para evitar crises. Por tal motivo, as autoridades do Órgão precisam ser treinadas.</p> <p>O Ministro e seus secretários são os porta-vozes do órgão. Levando em consideração a rotatividade existente nesses cargos, estimou-se em 6 treinamentos por ano, para 01 porta-voz, para que todos os representantes do Órgão sejam sempre treinados.</p> <p>Além disso, algumas situações demandam uma fala mais apropriada para a imprensa ou em determinados tipo de evento de grande repercussão. Nessas situações o treinamento pode ser realizado em conjunto, razão pela qual pensou-se na média complexidade, com a participação de até 4 autoridades, estimando-se 2 treinamentos por ano.</p>
<p>1.5.1 Auditoria de Imagem.</p>	<p>Trata-se de um serviço de grande importância estratégica para o órgão, pois avalia a imagem do Ministério nos meios de comunicação, e entrega as avaliações positivas e negativas da Pasta e de seus representantes. Tal relatório visa auxiliar as tomadas de decisões e ainda evitar caminhos que possam comprometer os serviços públicos. No entanto entendemos que basta ser realizado trimestralmente para satisfazer as necessidades do Ministério, por isso são previstos 4 auditorias por ano.</p>
	<p>A necessidade de divulgação das políticas públicas lideradas pelo MDR é muito grande. O MDR possui a capilaridade nacional, e presença em mais de 5 mil</p>

1.6.1 Elaboração, edição de texto e captação de sonora com gravação para rádio, com distribuição por meio digital.	municípios. Uma forma encontrada para comunicar-se bem com os municípios são áudio-reportagens, que serão distribuídas para rádios de todo o país e também para a Voz do Brasil. Tal serviço pode ser utilizado também para complementar conteúdos no portal e nas redes sociais. Atualmente o Ministério conta com 5 secretarias finalísticas, sendo estimada em média 1 reportagem por secretaria por dia, e portanto 100 sonoras mensais.
1.6.2 Elaboração, Edição e Revisão de Texto em Língua Portuguesa.	<p>Da mesma maneira que as matérias sonoras, as matérias em texto podem ser divulgadas no portal e até mesmo em redes sociais, para complementação de posts. O portal ainda é o meio mais procurado pelo público alvo do Ministério. Por isso, divulgar as políticas públicas no portal por meio de matérias de texto é imprescindível. Para quantificar o serviço, a Ascom buscou sugestão das áreas técnicas, encontrando a média de 4 matérias por semana, por secretaria finalística. Todavia, sabendo da necessidade de também publicar matérias relativas aos órgãos vinculados, e sobre o órgão de uma maneira geral, entendeu-se tecnicamente que o ideal é a publicação de 6 matérias por dia, o que levou a estimativa de 120 matérias mensais.</p> <p>Além disso, existem necessidades de artigos mais elaborados para publicação no portal e também de artigos para publicações do órgão. Por isso, estimou-se 08 textos de média complexidade (com textos entre 4 e 9 laudas) e 03 textos de alta complexidade por mês (com textos acima de 10 laudas).</p>
1.6.3 Edição de texto de língua estrangeira (Inglês ou Espanhol).	Não é muito comum, mas em alguns casos os textos do Ministério são distribuídos em outras línguas. A equipe de planejamento entendeu nesse ponto a necessidade de serem elaborados em inglês ou espanhol, e portanto estimou 02 textos em cada complexidade.
1.6.4 Revisão e Edição de Texto em Língua Portuguesa.	Alguns textos mais complexos, não elaborados pela Ascom, precisam de revisão para publicação. Pensou-se aqui em textos para livros, manuais, cartilhas, etc. Para tanto, dimensionou-se 01 texto de cada complexidade para o serviço.
1.7.1 Produção, seleção e edição de Fotografia.	<p>Há previsão de diversos eventos, entregas de obras e a necessidade de registro fotográfico de cases de sucesso com as políticas públicas do Ministério. Além disso, em diversos momentos existe a necessidade de acompanhamento de fotógrafo em viagens, acompanhando as autoridades do órgão.</p> <p>Por isso, foram estimadas 20 produções fotográficas de baixa complexidade (saídas de até 4hs) e de média complexidade (saídas de 4h a 8 horas).</p>
1.7.2 Cobertura fotográfica para agenda de autoridades.	A agenda do ministro é bem extensa, cumprindo diariamente diversos compromissos, eventos, entregas, visitas, dentre outros. Por isso, é necessário que haja cobertura fotográfica continua da sua agenda. Em razão da dificuldade de se prever um quantitativo de produções exatas, bem como a dificuldade de acompanhamento da sua programação, de tudo que entra e sai da agenda a toda hora, pensou-se em um serviço continuado, à disposição 24 horas por dia, 7 dias na semana, que seja remunerado mensalmente.
1.7.3 Gestão de Banco de Imagens.	<p>Diante da quantidade de imagens obtidas nos serviços de 1.7.1 e 1.7.2 é necessário ter um banco de imagens robusto e bem organizado. Além disso, já existem diversas imagens em guarda, que contam a história do órgão e que podem ser reutilizadas em publicações, livros, etc.</p> <p>Essa gestão do banco de imagens é um serviço contínuo, e deve ser realizado durante toda a contratação, por isso deve ser remunerado mensalmente.</p>

1.8.1 Criação de Projeto Gráfico para boletins, informativos e comunicados.	O MDR constantemente elabora boletins, comunicados, informativos, etc. Para cada um desses serviços é necessário criar projetos gráficos de identidade visual, de acordo com a identidade visual do Governo Federal. Levando-se em conta as estimativas dos serviços realizados no último ano, a equipe de planejamento estimou 5 criações por mês.
1.8.2 Diagramação de boletins, cartazes, comunicados, protetor de tela e apresentações.	Da mesma maneira que o serviço do item 1.8.1, o MDR constantemente diagrama boletins, comunicados, cartazes, apresentações, etc., de acordo com a identidade visual do Governo Federal. Levando-se em conta as estimativas dos serviços realizados no último ano, a equipe de planejamento estimou 10 diagramações por mês.
1.9.1 Planejamento de eventos em todas as fases: produção, coordenação e organização.	O MDR possui uma gama de contratos e convênios que geram entregas à sociedade. Além disso, diversos são os eventos em que o Ministro, e outras autoridades governamentais participam. Seminários, encontros, inaugurações de obras, lançamentos habitacionais, entre outros, são eventos que dependem de planejamento e boa organização. Seguindo a quantidade de eventos realizados entre março de 2019 e março de 2020, percebeu-se que foram realizados mais de 50 eventos. Todavia, para 2021, a quantidade de eventos previstos é bem maior. Para que os eventos seja planejados dentro dos conformes, com economicidade e vantajosidade para o Órgão, e visando dar transparência das suas políticas públicas, a equipe de planejamento estimou 89 eventos de baixíssima, baixa, média e alta complexidades.

Em que pese haver estimativa de demandas para a contratação, cumpre ressaltar que o quantitativo estimado tem o objetivo de cumprir com o dever de planejamento como pressuposto ao atendimento ao direito fundamental à boa administração e à realização do interesse público primário. Além disso, por esta contratação ter como definição de parâmetro para pagamento unidades de medida específicas para cada tipo de produto/serviço a ser executado pela contratada, objetivando a mensuração por resultado, a estimativa também deverá servir de base para o dimensionamento dos custos envolvidos na contratação pelos licitantes quando da formulação de suas propostas.

Contudo, importante ressaltar que as demandas dos serviços de comunicação são imprevisíveis e dinâmicas.

Da Estimativa de deslocamento (passagens aéreas e diárias) para a licitação de Comunicação Social:

Não é possível fazer a estimativa real de despesas com emissão de passagens e concessão de diárias uma vez que esses valores podem ser muito variáveis. Principalmente em relação às viagens internacionais, caso ocorram, porque além de depender dos preços das passagens, que geralmente são atreladas ao dólar, o pagamento das diárias também é em dólar.

Por outro lado, cumpre ressaltar que, apesar da previsão de ressarcimento de deslocamentos e diárias do TED n. 03/2018, é impossível se basear nos quantitativos utilizados. Isso porque como já diversas vezes falado, o TED nº 03/2018 não atendeu o MDR em sua necessidade total. Além disso, é necessário destacar que a sistemática de ressarcimento prevista no TED, seguiu o contrato firmado entre o MCTIC com a empresa BR Mais Comunicação, que previu 20% do valor dos serviços não precificados como percentual máximo de reembolso. Isso significa que de todo o valor previsto no TED apenas 2% era reservado para ressarcimento de passagens e diárias.

Já na presente contratação, para o alcance da porcentagem, foi utilizado o percentual recomendado nos modelos da Secom /PR. Sendo assim, para o **reembolso das despesas com deslocamentos** necessários à realização dos serviços, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, será destinado, como limite máximo, o percentual de até 10% (dez por cento) do valor final da proposta de preços vencedora, conforme estimativas de quantidades de deslocamentos, descritas nos subitens 8.7.1 e 8.7.2 do Projeto Básico.

Para as estimativas de deslocamentos nacionais, foi feito levantamento de contratos do MDR, por região, retirado do site http://paineis.mdr.gov.br/painel_carteira_investimento.html, (Extrato Carteira de Investimentos MDR 1920749). Com base no quantitativo de contratos, foi verificado em termos percentuais a representatividade de cada Região. Após, foi estimada uma viagem por semana (52 semanas), para cerca de 4 colaboradores, totalizando 208 deslocamentos por trecho (sendo considerado um trecho a ida e a volta), bem como por traslado. Além disso, foram estimadas 3 diárias por deslocamento.

Sendo assim, a composição da estimativa por região foi feita da seguinte forma:

Região	Quantidade de Contratos		ESTIMATIVA ANUAL DE DESLOCAMENTOS POR TRECHO	ESTIMATIVA ANUAL DE DIÁRIAS (3 por deslocamento)	ESTIMATIVA ANUAL DE TRASLADOS AEROPORTO /HOTEL - EVENTO/AEROPORTO
Norte	1945	10%	21	63	21
Nordeste	7179	37%	77	231	77
Centro-Oeste	2351	12%	25	75	25
Sudeste	4935	25%	53	159	53
Sul	3077	16%	33	99	33
Total	19487	100%	209	627	209

Saliente-se que, por se tratar de reembolso, a mera previsão do percentual não gera desvantajosidade na execução contratual, pois se o valor não for utilizado, não gerará gastos ao Órgão.

Para a estimativa de preços das diárias nos deslocamentos, utilizamos como critério o disposto no modelo de edital da Secom que define o seguinte:

Todas as demais despesas com hospedagem, alimentação, ou qualquer outra envolvida no deslocamento serão pagas pelo CONTRATANTE, por meio de diárias, de acordo com os valores estabelecidos na legislação vigente para a concessão de diárias no âmbito da Administração Pública Federal nas viagens de servidores e colaboradores eventuais a serviço.

Para diárias no país, será utilizado o valor referente ao nível “D” de indenização (equivalente ao cargo DAS-4) dos servidores civis, conforme Anexo I do Decreto nº 5.992/2006

Conforme tabela abaixo:

Tabela – Valor da Indenização de Diárias aos servidores públicos federais, no País

Classificação do Cargo/Emprego /Função	Deslocamentos para Brasília /Manaus/ Rio de Janeiro	Deslocamentos para Belo Horizonte/ Fortaleza/Porto Alegre/Recife/ Salvador/São Paulo	Deslocamentos para outras capitais de Estados	Demais deslocamentos
A) Ministro de Estado	581,00	551,95	520,00	458,99
B) Cargos de Natureza Especial	406,70	386,37	364,00	321,29

C) DAS-6; CD-1; FDS-1 e FDJ-1 do BACEN	321,10	304,20	287,30	253,50
D) DAS-5, DAS-4, DAS-3; CD-2, CD-3, CD-4; FDE-1, FDE-2; FDT-1; FCA-1, FCA-2, FCA-3; FCT1, FCT2; FCT3, GTS1; GTS2; GTS3.	267,90	253,80	239,70	211,50
E) DAS-2, DAS-1; FCT4, FCT5, FCT6, FCT7; cargos de nível superior e FCINSS.	224,20	212,40	200,60	177,00
F) FG-1, FG-2, FG-3; GR; FST-1, FST-2, FST-3 do BACEN; FDO-1, FCA-4, FCA-5 do BACEN; FCT8, FCT9, FCT10, FCT11, FCT12, FCT13, FCT14, FCT15; cargos de nível intermediário e auxiliar	224,20	212,40	200,60	177,00

Para diárias no exterior, será utilizado o valor referente à Classe “III” de indenização (equivalente ao cargo DAS-4) dos servidores civis, conforme Anexo III do Decreto nº 71.733/1973.

Quanto aos deslocamentos internacionais foram estimadas 2 viagens por continente, para dois colaboradores. Foram previstas, ainda, 5 diárias por deslocamento. Reitera-se que o quantitativo é meramente estimativo, devendo ser adequado às demandas que ocorrerem durante o período de execução contratual, respeitado o percentual destinado aos gastos com deslocamentos e o disposto no parágrafo acima.

Para adicional de embarque e desembarque (traslado aeroporto/hotel ou evento/aeroporto, dentro do território nacional), será utilizado o valor referente ao descrito no art. 8º e anexo II, do Decreto 5.992/2006, sendo reembolsado o valor comprovadamente utilizado, até o limite estabelecido.

12. Estimativa do Valor da Contratação

A Assessoria de Comunicação Social, requisitante do objeto ora proposto, realizou pesquisa de mercado para a futura aquisição, observando a Instrução Normativa n. 5/2014 – SLTI/MP, que diz:

Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros: **(Alterado pela Instrução Normativa n. 3, de 20 de abril de 2017)**

I - Pannel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>; **(Alterado pela Instrução Normativa n. 3, de 20 de abril de 2017)**

II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços; **(Alterado pela Instrução Normativa n. 3, de 20 de abril de 2017)**

III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou **(Alterado pela Instrução Normativa n. 3, de 20 de abril de 2017)**

IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias. **(Alterado pela Instrução Normativa n. 3, de 20 de abril de 2017)**

§1º Os parâmetros previstos nos incisos deste artigo poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrado no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência. **(Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)**

Foi observada, ainda, a Instrução Normativa SECOM n. 04/2018, no que diz respeito à pesquisa de preços:

Art. 18. Para estabelecer os preços unitários máximos dos produtos e serviços essenciais, no âmbito do certame, o contratante deverá realizar pesquisa de preços junto ao mercado, por meio do envio da cópia do projeto básico referente ao objeto a ser licitado, de modo a propiciar a adequada cotação.

§1º As cotações encaminhadas ao contratante pelas empresas consultadas deverão estar datadas, assinadas e rubricadas em todas as folhas, para composição do processo licitatório.

§2º Para subsidiar a análise dos orçamentos cotados, o contratante deverá buscar, sempre que possível, as referências dos preços praticados pela Administração Pública Federal em relação aos produtos e serviços essenciais.

Sendo assim, passamos a informar a metodologia utilizada para a obtenção do preço de referência.

A pesquisa teve início no mês de maio de 2020, ocasião em que a Ascom elaborou minuta de Projeto Básico para subsidiar a cotação dos preços pelos fornecedores, ajustando as especificações dos itens a serem solicitados na contratação.

Foi feito um levantamento dos licitantes que participaram na licitação anterior do Ministério da Integração Nacional e de seus contatos (e-mail e telefone) constantes no SICAF e/ou em sites de busca na internet. Além disso foi feita pesquisa de empresas de comunicação em ferramentas de busca, a fim de levantar o maior número de potenciais fornecedores do objeto. Após tal levantamento, foram encaminhadas solicitações de propostas de preços, por e-mail, para os mesmos, com o encaminhamento das especificações dos itens.

Concomitantemente à solicitação de propostas aos fornecedores, a Assessoria de Comunicação Social iniciou pesquisa de preços na ferramenta Pannel de Preços (<http://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>), (1920731), conforme determina a IN n. 5/2014. A ferramenta possibilita a consulta a licitações realizadas pela Administração Pública, buscando informações no Sistema de Compras do Governo Federal - Comprasnet.

Na ferramenta foram encontradas duas licitações na modalidade concorrência: a Concorrência nº 1/2019 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a Concorrência nº 01/2019 do Ministério da Infra-Estrutura (MINFRA). Foram encontradas, ainda, uma Inexigibilidade de Licitação nº 23/2019, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e um Pregão Eletrônico nº 63/2019, do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. As contratações foram analisadas em comparação às especificações ora propostas e observou-se que a maioria dos órgãos/entidades licitaram item único, composto por diversos serviços, ou licitaram serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. A contratação do Ministério da Infra-Estrutura foi considerada na composição do mapa de preços. A contratação da ANS não foi considerada na composição do Mapa de Preços, tendo em vista que esta Assessoria de Comunicação não foi capaz de identificar o valor unitário final dos itens que compuseram a contratação de valor global. As demais contratações não fizeram parte da composição do Mapa de Preços por não guardarem similaridade com os itens especificados e modelo de contratação proposto pelo MDR (por resultado).

Ainda, foram recebidas por e-mail e/ou pesquisadas em sites oficiais de outros órgãos e entidades da Administração, cópias de contratos e documentos relacionados (propostas, termos aditivos, termos de apostilamento, etc.) tendo sido encontrados 02 (dois) contratos: Contrato Administrativo nº 05/2018 do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e Contrato Administrativo nº 05/2017 do Ministério da Cidadania (extinto Ministério do Esporte) (1920735).

Sobre essas contratações, ambas foram consideradas na pesquisa de preços. Contudo, o Contrato Administrativo do MCTIC e o Contrato Administrativo do MCidania não foram completamente considerados na composição do Mapa Estimativo de Preços devido a apenas alguns itens apresentarem especificações compatíveis com as necessidades do MDR.

Com relação à pesquisa com fornecedores, a Ascom entrou em contato com diversos prestadores de serviço do objeto em questão, através de telefone e e-mail, a fim de solicitar propostas de preços, conforme dito anteriormente.

Dessa forma, obtivemos propostas de apenas oito fornecedores: Proposta Comercial Trama Web, Proposta Comercial FSB Comunicação, Proposta Comercial CDN Comunicação, Proposta Comercial Informe Comunicação, Proposta Comercial Clube de Mídia, Proposta Comercial In Press Oficina, Proposta Comercial BR Mais Comunicação e Proposta Comercial Agencia Esplanada (1920739). Informamos que algumas empresas nos comunicaram, via telefone, da impossibilidade de efetuarem a cotação de preços, devido à falta de interesse em participar da futura licitação e algumas nos encaminharam negativas via e-mail (1920744).

O parágrafo 2º do artigo 2º da Instrução Normativa nº 5/2014 – MP estabelece que, no âmbito de cada parâmetro, para obtenção do resultado da pesquisa de preços será utilizado como critério ou metodologia a média, a mediana ou o menor dos preços obtidos.

O entendimento do Manual de Orientação para pesquisa de preços do Superior Tribunal de Justiça / Secretaria de Controle Interno, para a IN n. 05/2014 é de que:

A utilização da mediana é aconselhável quando a pesquisa se apresenta de forma heterogênea, uma vez que, nesse caso, há influência dos extremos dos dados coletados.

Já a média é indicada quando os preços estão dispostos de forma homogênea, sem a presença de valores extremos.

O preço mínimo é aconselhável quando por motivo justificável não for mais benéfico fazer uso da média ou da mediana.

Ressalta-se jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU, em que o órgão de controle, no Acórdão nº 3.068/2010-Plenário, afirmou que “o preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana uma vez que constituem medidas de tendência central e, dessa forma, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado”.

O Guia de orientação do governo Federal sobre a Instrução Normativa n. IN 5/2014, aponta alguns fatores que podem influenciar na formação dos custos, tais como: praça ou mercado, desempenho, níveis de serviço exigidos, forma de execução e modalidade de compra. Esses fatores podem ter levado alguns fornecedores a dimensionar de forma equivocada o preço para prestação dos serviços, causando os resultados heterogêneos que encontramos na pesquisa.

Para definição dos valores foi utilizada a média + desvio padrão, uma vez que a equipe de planejamento desconsiderou os preços inexequíveis e excessivos, ficando apenas aqueles que entendeu serem valores mais homogêneos. Ainda assim, por haver relevante diferença entre os preços apresentados, a equipe optou pelo uso da fórmula de desvio padrão, que **serve** para dizer o quanto os valores dos quais se extraiu a média são próximos ou distantes da própria média.

A partir das pesquisas realizadas e das propostas apresentadas, foi elaborado o Mapa Estimativo de Preços (1924749), onde se verificou que o preço médio estimado global é de R\$7.990.145,26 (sete milhões, novecentos e noventa mil cento e quarenta e cinco reais e vinte e seis centavos).

O valor para despesas com deslocamento de profissionais a serviço, que corresponde a até 10% do valor dos serviços, está estimado em R\$ 799.014,52 (setecentos e noventa e nove mil quatorze reais e cinquenta e dois centavos). **Portanto, o valor estimado total é de R\$ 8.789.159,78 (oito milhões, setecentos e oitenta e nove mil cento e cinquenta e nove reais e setenta e oito centavos).**

Diante do exposto, a Equipe de Planejamento da Contratação, de acordo com a pesquisa realizada pelos técnicos de comunicação da unidade requisitante - Assessoria de Comunicação Social, considera assinado o Mapa Estimativo de Preços (1924749) acostado aos autos.

13. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A divisibilidade do objeto a ser adquirido, a princípio, permite uma maior competitividade na oferta, eis que amplia a margem daqueles possíveis licitantes que podem ofertar parte do objeto, mas não o objeto como um todo. Nesse sentido, esclarece a doutrina com base em entendimento do TCU:

Conforme destacado pelo TCU, o parcelamento do objeto, aplicável às compras, obras e serviços, acarreta a pluralidade de licitações, pois cada parte, item, etapa ou parcela representa uma licitação isolada em separado.

(TCU. Licitações & contratos: orientações e jurisprudência do TCU. 4. ed. Brasília, 2010. P.225)

Trata-se, pois, de um importante instrumento na busca por melhores condições e benefícios pelo Poder Público. Não por outra razão, o TCU entende que quando for possível a compra do objeto por parte (parcela), a licitação (e adjudicação do objeto licitado) deve ser obrigatoriamente feita por item:

De acordo com o TCU, é obrigatória, nas licitações cujo objeto seja divisível, a adjudicação por item e não por preço global, de forma a permitir uma maior participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

(TCU, Acórdão 122/2014, Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, 29.01.2014, Informativo de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos do TCU n. 183).

Utilizando como norma o art. 23, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, bem como a Súmula n. 247, do Tribunal de Contas da União, tem-se que a divisão do objeto em itens ou lotes é a regra:

Lei 8.666/1993:

Art. 23, § 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Enunciado da súmula 247 TCU

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Conforme se extrai dos dispositivos citados, a regra do parcelamento se dá em decorrência da presunção de que, com a divisão do objeto em parcelas menores, a competitividade aumentará e, conseqüentemente, as chances de alcançar propostas mais vantajosas. Contudo, sabe-se que este raciocínio precisa ser ponderado, em cada caso.

É pressuposto de legitimidade do parcelamento que não haja prejuízo ao todo, à responsabilidade técnica, à solução integral esperada, à gestão das avenças e, também, à economia de escala.

Para uma análise adequada do parcelamento, mostra-se imprescindível conhecer os possíveis **reflexos técnicos e gerenciais** de eventuais divisões, bem como **o mercado** no qual se insere a solução a ser licitada; sopesando se o segmento atua, preponderantemente, nas diversas demandas ou não. Se a resposta para esta última questão for afirmativa, por exemplo, de modo que as empresas atuam preponderantemente nas diversas demandas, é provável que a adoção de agrupamentos reverterá em ganho de economia de escala.

Assim, a equipe de planejamento, bem como a nova estratégia de comunicação, entendeu por bem dividir os contratos de comunicação em dois grandes contratos: de comunicação corporativa e de comunicação digital. Apenas assim, seria possível dividir, pois não haveria danos nas execuções contratuais. É certo que, ainda assim, entende-se que haverá momentos em que os dois contratos terão sim de ser conciliados para a prestação completa da demanda de comunicação, mas o reflexo técnico, no entender da Ascom, não seria atingido.

A coexistência de muitas empresas atuando em um processo de construção de uma solução de comunicação traria dificuldades à execução, pois cada uma deteria as informações decorrentes do item sob sua execução e não haveria uma visão global da problemática do órgão e das possibilidades de atuação. Dessa forma a estratégia de comunicação do MDR ficaria fragmentada e restrita a determinados itens. Por outro lado, os interesses individuais de cada contratada poderiam passar a contaminar a proposição da melhor solução e subtrair a necessária agilidade e eficiência.

É evidente que quando há mais de uma empresa envolvida em partes de uma atividade interdependente, eleva-se o risco de comprometer a execução, gerando insucesso nas entregas. Desmembrar os serviços e trazer novos contratos para o Ministério, também aumentaria a complexidade da gestão, o que onera a Administração Pública.

A presente licitação visa a contratação de empresa especializada em prover soluções integradas para a prestação de serviços inter-relacionados de comunicação corporativa. Embora o edital apresente itens de serviços/produtos e até estimativas de quantitativos individualizadas, não se tratam de itens isolados de um cardápio, mas de propor soluções que utilizem possibilidades contratuais a fim de compor estratégias de comunicação que visem obter o melhor resultado das divulgações para o Órgão junto aos seus públicos de interesse.

Some-se aos argumentos apresentados que não há possibilidade de dividir serviços do Projeto Básico sem correr o risco de sobreposição de objeto e do MDR ter que arcar com gastos desnecessários ou despesas em duplicidade.

A Ascom/MDR objetivou realizar uma contratação focada na integração dos diversos serviços de comunicação, unindo serviços de monitoramento e avaliação de notícias ao preparo de respostas aos veículos de imprensa e ao assessoramento às autoridades do Órgão.

É a partir desse assessoramento e do atendimento às demandas de imprensa que será identificada a necessidade de “elaboração, organização e convocação de entrevista coletiva” para prestar esclarecimentos a um conjunto de diferentes veículos de comunicação e de forma simultânea, por exemplo.

Como é bastante complexo atender demandas de diversos representantes da imprensa nacional e regional conjuntamente, pode ser que a autoridade precise de treinamento e, nesse caso, antes de enfrentar situações delicadas, pode ser identificada a necessidade de treinamento e capacitação para porta-vozes, que é o “*media training*”. O profissional que presta serviços de assessoramento para autoridades é o primeiro a perceber as deficiências de fala, postura, vícios de linguagem e inadequações diversas para apresentações na mídia. Além disso, ele saberá se existe carência de um determinado porta-voz que possa ser resolvida por esse treinamento específico. O trabalho resultará em uma autoridade preparada para falar com repórteres, especialmente de TV, em pronunciamentos ao vivo e participação em coletivas de imprensa. O “*media training*” capacita os porta-vozes do órgão a se apresentarem diante das câmeras e dos jornalistas com segurança e tranquilidade.

Um outro exemplo de serviço que poderia à primeira vista ser considerado comum, mas que é parte integrante de serviços de comunicação mais complexos para o Órgão é o de “produção de fotografias”. Caso as imagens fizessem parte de um book ou fossem utilizadas para uma rede social como Flickr, por exemplo, elas poderiam ser produzidas separadamente e por demanda. Ocorre que, não é esse o caso do MDR. A produção dessas fotografias deverão estar alinhadas a pautas previamente direcionadas para integrar matérias, compor postagens nas redes sociais, publicações e divulgações do Órgão com briefing definido. Essas imagens, além de produzidas também deverão ser editadas, separadas e catalogadas por temas diversos para outro serviço, a “gestão de banco de imagens”.

Seria ineficaz ainda separar a produção, da gestão de banco de imagens e da seleção de pautas, já que elas precisam estar associadas a temas de interesse do Ministério. Já a “gestão de banco de imagens” permitirá que as fotografias sejam utilizadas posteriormente para ilustrar materiais de comunicação. Se separarmos os serviços relacionados à pré-produção, captação, produção, seleção, edição e gestão de imagens, corremos o risco de fragmentar o trabalho relacionado à parte visual das mensagens a serem divulgadas e, assim, causar dificuldade na gestão da comunicação em geral, que precisa estar integrada para comunicar corretamente os assuntos pretendidos. Ao mesmo tempo em que, segmentados os serviços, o banco de imagens poderia conter milhares de fotos inúteis às divulgações do MDR, haja vista que estaria dissociado das pautas, das matérias, das postagens e outras divulgações do Órgão.

Os fotógrafos precisam também acompanhar as autoridades durante suas atividades cotidianas para registrarem aquelas mais importantes, estando alinhados ao trabalho de assessoria a autoridades para produção de matérias e outras pautas do Órgão. Ressalte-se que é necessário, inclusive, que esses fotógrafos viajem constantemente para acompanhar as autoridades e produzir imagens adequadas às pautas do portal, da intranet e inclusive das redes sociais. Frise-se que nesse ponto um contrato dependerá do outro, pois o serviço de produção de conteúdos para redes sociais será contratado em licitação de comunicação digital. Todavia, nesse aspecto entendemos que não haverá perda técnica, já que, além da pauta fotográfica seguir a linha estratégica da solução da comunicação como um todo, não haverá sobreposição contratual, e ainda haverá vantagem e economicidade por existir apenas uma contratação nesse sentido no órgão.

O “assessoramento direto de comunicação e imprensa a autoridades do Órgão” requer produção de artigos, notas, respostas institucionais e imediatas à imprensa e gerenciamento de crise desde sua prevenção. Esse serviço integra a inteligência da empresa para formulação de estratégias de comunicação e deverá estar diretamente ligado ao serviço de “atendimento, articulação, produção e envio de respostas a demandas de veículos de comunicação”. Da interligação desses dois serviços dependerá o sucesso da relação do Órgão com a mídia e ela se refletirá e interferirá na disseminação de notícias positivas, negativas ou neutras sobre o Órgão e seus programas.

“Receber, coordenar, articular, encaminhar e acompanhar as demandas de comunicação das unidades do Órgão” é, por analogia, o coração da Ascom. Os profissionais que tratarem desse trabalho, receberão insumos das áreas do MDR e serão os interlocutores entre as demandas das secretarias e a comunicação. Esses profissionais que prestarão esse serviço terão que encaminhar as solicitações de imprensa às áreas, orientando os porta-vozes das secretarias para tratar junto à imprensa, dos programas e ações do Ministério, de forma alinhada aos pronunciamentos das autoridades. A articulação com as unidades trará insumos para o atendimento, produção e envio de respostas para a imprensa. Inclusive auxiliando a identificar os momentos mais apropriados para realizar “contatos proativos com veículos de comunicação para prospecção de pautas com elaboração e envio de releases, notas e outros conteúdos para a imprensa”.

Entre outras tarefas, os responsáveis pela “recepção, coordenação e encaminhamento de demandas” precisarão distribuir e acompanhar as atividades a serem realizadas por profissionais cujas atribuições são rotineiras e fundamentais para uma Assessoria de Comunicação: “produção, edição e revisão de conteúdos”, “elaboração, edição, revisão e adequação de textos para publicação em sites”. Além das tarefas relacionadas à produção de conteúdo e imagem, a equipe que trata da “recepção, coordenação e encaminhamento” distribuirá as demandas de eventos que contempla “Planejamento, produção, coordenação e organização de eventos” e de algumas atividades correlatas, tais como “criação de projeto gráfico para boletins, informativos e comunicados” e “diagramação de boletins, cartazes, comunicados, protetor de tela e apresentações”.

Para o “planejamento de eventos” normalmente são necessários diversos produtos de comunicação, que compõe a “produção, coordenação e organização”. Por exemplo: um folheto com conteúdo de ações do MDR que vai precisar da diagramação, uma

apresentação para a autoridade que pode solicitar uma “produção fotográfica”, o “envio de releases à imprensa”, e a “elaboração, edição de texto e captação de sonora com gravação para rádio”. Além disso, todo evento requer a “elaboração, edição e revisão de texto ou matéria para publicação no site do MDR”.

Já os trabalhos de “criação de projeto gráfico” peça “infográfico, ilustração, organograma e fluxograma” pode partir de demandas das unidades e do próprio ministro ou secretários. Assim como as “diagramação de boletim, comunicado, protetor de tela e apresentações” que poderão ser utilizadas para promover o endomarketing e facilitar a comunicação interna, divulgando notícias e acontecimentos de interesse do Órgão para servidores e colaboradores.

A “diagramação de boletim e comunicado” pode ser solicitadas para promover a comunicação do MDR e suas secretarias para gestores e interlocutores estaduais e municipais e irão utilizar o trabalho de “produção, edição e revisão de conteúdos”.

Caso os objetos desses serviços sejam parcelados, o órgão terá que gerir diversas tarefas isoladamente, o que é caro, ineficaz e, e poderia levar o Ministério à ineficácia. O parcelamento de serviços resulta em esforços superpostos, ineficiência, incompatibilidade de estratégias e mensagens. A divisão do objeto e adjudicação a mais de uma empresa, no presente caso, pode não atender ao intento do Órgão que busca nessa contratação atender aos princípios da razoabilidade e da economicidade. O que pode interferir negativamente na gestão de recursos e no orçamento governamental.

Além disso, quando há mais de uma empresa executando tarefas interdependentes o risco de haver um trabalho inconcluso ou mal feito é elevado. Uma delas pode perder o tempo da execução da tarefa e tal fato vir a comprometer o resultado do trabalho da outra e gerar conflito e insucesso na execução. No final das contas, o prejudicado é o Órgão.

Pelos motivos apresentados, entendemos que contratar com foco na solução de serviços de comunicação se mostra tecnicamente mais eficaz do que dividi-los. Especialmente no que diz respeito à atuação em momentos críticos, os quais requerem o máximo de agilidade e exatidão nas respostas aos veículos de comunicação e canais próprios.

Contratar um conjunto de soluções de comunicação agrega economia ao MDR, que não terá que arcar com as despesas inerentes a muitos processos e que terá custo menor pelos serviços estarem agregados. Além disso tem a possibilidade de não executar alguns dos serviços em determinados momentos trazendo desoneração ao contrato. É sabido que o órgão licitante deve possuir interesse em proporcionar a maior competitividade possível ao certame, porém, o parcelamento do objeto, nesse caso, não se mostra razoável do ponto de vista da eficiência, tampouco financeiramente, pois para a prestação dos serviços de comunicação corporativa faz-se necessário montar uma estrutura e alocar profissionais para a sua execução. Havendo divisão na contratação dos serviços será necessária a disponibilização de outras estruturas, que ao invés de reduzir o custo unitário, o elevaria fazendo com que o órgão perdesse o ganho de escala que pode ser obtido com a contratação conjunta.

Por outro lado, os interesses individuais de cada contratada poderiam passar a contaminar a proposição da melhor solução e subtrair a necessária agilidade e eficiência. Além disso, contratações isoladas de produtos resultariam em prejuízo à qualidade dos serviços prestados à Administração, que necessita de uniformidade de estratégias e mensagens, para que a comunicação do órgão seja efetivamente integrada e tempestiva.

Reiteramos que, similarmente ao serviço de publicidade, o serviço de comunicação corporativa deve ser licitado sem a segregação de itens, nos termos do previsto no artigo 2º, §3º, da Lei nº 12.232/2010, qual seja: Art. 2º, §3º. “Na contratação dos serviços de publicidade, faculta-se a adjudicação do objeto da licitação a mais de uma agência de propaganda, sem a segregação em itens ou contas publicitárias, mediante justificativa no processo de licitação”.

Compreende-se, assim, que o serviço a ser contratado retrata a intenção de a Administração Pública observar as recomendações da Corte de Contas e não pode ser parcelado, além do que já se propõe em corporativa e digital, por se tratar de serviço intelectual, intangível e indivisível.

Em resumo, elencamos abaixo os principais benefícios observados com a contratação não-parcelada dos itens de serviços /produtos de comunicação com a utilização do modelo proposto:

- Uniformidade – evita-se a contradição de informações que pode enfraquecer a reputação do órgão perante a sociedade. Unificar a comunicação é um grande e importante passo para integrar as mensagens e obter maior retorno com a propagação das mesmas.
- Foco único – quando se tem diversos fornecedores atuando de forma independente e pensando apenas em sua atividade (mídias sociais, conteúdo, imprensa, influenciadores, etc.), o resultado, em grande parte dos casos, é a perda do foco na estratégia. O risco é de que sejam transmitidas informações divergentes e/ou incoerentes, com apelos distintos, o que faz com que a imagem do órgão se torne indefinida e pouco confiante, dificultando o engajamento do público de interesse e, consequentemente, o alcance dos objetivos do órgão.
- Sinergia – uma mensagem que tenha seu formato planejado e adaptado ao perfil do órgão e do público alvo em cada canal de comunicação, veiculada estrategicamente para ampliar seu impacto conforme as necessidades, é de fundamental importância. Essa sinergia é alcançada com a execução conjunta de alguns produtos/serviços e torna-se pouco possível

quando existe a necessidade de transmitir a informação através de agentes distintos em cada veículo. Além disso, é possível a utilização conjunta de ferramentas, o que possibilita melhor aproveitamento orçamentário quando da criação de conteúdos.

- Monitoramento – a mensuração dos resultados, além de uma obrigação da Administração Pública, que visa dar transparência e justificar os investimentos, também é essencial para a identificação de melhores práticas e de necessidades de ajustes. A visão conjunta de alguns produtos/serviços de comunicação preconiza um monitoramento unificado, em que as métricas de cada disciplina convergem para o resultado comum: melhorar o desempenho da organização.
- Rapidez na mudança de rota – a partir do monitoramento, é possível identificar e entender de forma mais objetiva, em cada momento e contexto, o que está facilitando ou dificultando o alcance dos objetivos e, consequentemente, o que deve receber mais ou menos atenção, esforço e investimento. Quando a comunicação está segmentada com muitos fornecedores, a gestão da mudança é morosa e pouco eficiente.
- Facilidade de interlocução – principalmente em situações de crise, percebe-se que a utilização conjunta de compostos da comunicação é mais eficiente no encontro de soluções para a transmissão adequada das informações, que são disseminadas de forma coerente e objetiva.

14. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação em pauta correlaciona-se com a contratação de serviços de comunicação digital, tratada no processo 59000.006757/2020-10, em vista de ambas tratarem de serviços essenciais para a composição da estratégia de comunicação social do Ministério do Desenvolvimento Regional. Contudo, conforme explanado nas justificativas inseridas nestes Estudos, as licitações foram compostas de forma independente, podendo ser licitadas e contratadas separadamente.

15. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

As contratações públicas são consideradas como instrumentos relevantes para a realização das políticas públicas. Nesse sentido, o alinhamento com o planejamento estratégico do órgão é vital tanto para que se mantenha o foco no alcance de resultados efetivos para a organização, quanto para a entrega de resultados à sociedade. Essa visão consagra a comunicação social como um componente crucial da organização, uma vez que não há como cingir o alcance da missão institucional, a implementação de políticas públicas, o acesso à informação e a prestação de contas à sociedade sem uma comunicação adequada e estruturada.

Conforme item DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE deste Estudo, um dos objetivos proposto para o órgão é "Aperfeiçoar a comunicação interna e externa". A contratação pretendida tem relação direta com o alcance de tal objetivo, como já justificado.

Além disso, a contratação em tela está relacionada às atividades das áreas meio e finalísticas do MDR, à medida em que a comunicação social se apresenta como instrumento de disseminação de informações e criação de espaços para o debate de políticas públicas.

Conforme inciso IV do §2º do Art. 7º da Lei n. 8.666/93, o produto esperado da contratação deve estar contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual - PPA quando for o caso. Informa-se que, conforme Atestado de Disponibilidade Orçamentária do processo 59110.000101/2017-32, "a despesa se enquadra no Programa de Trabalho 04.122.2111.2000.0001 - Administração da Unidade – Nacional, Ação 2000 – Administração da Unidade, que tem por finalidade constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas, no Plano Orçamentário – PO 0000 – Administração da Unidade".

Sendo assim, e de acordo com a manifestação da Coordenação-Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão - CGPM no referido processo, doc. SEI n. 1006326, entende-se que o dispositivo da Lei de Licitações não se aplica à contratação ora proposta.

Informa-se, ainda, que a contratação de serviços de comunicação foi contemplada no Plano Anual de Contratações (PAC) para os anos de 2020 e 2021, através do sistema Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC).

16. Resultados Pretendidos

Dentre os resultados, espera-se o incremento da capacidade de condução sistêmica da comunicação institucional do Ministério do Desenvolvimento Regional, hoje marcada pela limitação de recursos humanos e materiais exigidos para o bom desempenho de suas funções técnicas. Com os serviços prestados, espera-se aumentar o valor agregado pelas ações de comunicação institucional à inserção de temas de promoção do desenvolvimento regional e urbano, capacidade produtiva das regiões, ambiente das cidades, infraestrutura, mobilidade, moradia, etc., apoiando iniciativas capazes de influenciar o conhecimento, a predisposição e o comportamento de segmentos que ainda carecem de maior interlocução com o Ministério do Desenvolvimento Regional.

Ainda como resultado, é esperado que os produtos a serem desenvolvidos nesta contratação permitam o fortalecimento do discurso institucional do Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio de ações que integrem e uniformizem, verbal e visualmente, o tratamento das mensagens, conceitos, valores e princípios difundidos, proporcionando o aumento da capacidade do Ministério do Desenvolvimento Regional de prover informação relevante e de interesse público com qualidade, segundo os objetivos estratégicos da Pasta.

O modelo proposto de comunicação almeja o alcance de diversos benefícios, dentre eles:

I - melhorar o rendimento e engajamento dos colaboradores;

II - promover uma melhor apresentação do órgão para a sociedade, público de interesse do Ministério, que o enxergará com uma imagem forte, confiável e coerente (melhorar o posicionamento e reputação do órgão);

III - promover inovação na forma de se comunicar com o público, agregando novas tecnologias para tal;

IV - integrar a comunicação interna com a externa eliminando a possibilidade de que o público receba mensagens divergentes e incoerentes que gerem dúvida, o que pode causar prejuízos para a o órgão;

V - evitar gastos desnecessários com ações ineficientes;

VI - aumentar a abrangência das informações e ações de comunicação;

VII - conquistar a confiança do público-alvo;

VIII - alinhar as ideias em busca dos objetivos;

IX - cumprir a obrigação de dar publicidade e transparência aos atos da Administração;

X - aumentar a celeridade e ganhar tempo;

XI - evitar rivalidades entre equipes.

17. Providências a serem Adotadas

Não é necessária a elaboração de cronograma para adequação de ambientes do órgão visando o início da execução dos serviços. Ressalta-se que, atualmente, parte dos serviços (atendimento à imprensa e atendimento aos demandantes internos) nos moldes propostos já estão sendo executados no ambiente do órgão, que já encontra-se adequado, podendo demandar alguns ajustes pontuais.

Em princípio, a contratação nos moldes propostos não apresenta peculiaridades que dificultem a fiscalização dos serviços, especialmente por se tratar de remuneração baseada em resultados. Contudo, cumpre ressaltar que, em conjunto com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, deverão ser providenciados cursos relacionados a fiscalização e gestão contratual, caso haja o entendimento de que há necessidade de capacitação dos servidores nesse sentido, buscando sempre o aprimoramento do controle dos serviços.

18. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbram impactos ambientais decorrentes da contratação. Destaca-se, contudo, os critérios mencionados no tópico DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO deste Estudo Técnico Preliminar, com relação aos critérios de acessibilidade e sustentabilidade.

Sendo assim, a empresa contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de toda a análise desenvolvida no estudo preliminar, considerando as competências atribuídas no Documento de Designação da Equipe de Planejamento (1812637) contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de prestação dos serviços, competitividade do mercado, não sendo observados óbices ao prosseguimento da presente contratação no formato indicado.